

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

BEATRIZ FRANCISCA DE LIMA

MULHERES CAMPONESAS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

MARABÁ
2018

BEATRIZ FRANCISCA DE LIMA

MULHERES CAMPONESAS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito para a obtenção do título de licenciada plena em História.

Orientador: Prof. Dr Reginaldo Cerqueira Sousa

MARABÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

Lima, Beatriz Francisca de

Mulheres Camponesas na Guerrilha do Araguaia / Beatriz Francisca de Lima ; orientador, Reginaldo Cerqueira Sousa. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Curso de Licenciatura Plena em História, 2018.

1. Guerrilhas – Araguaia, Rio, Região – História – Séc XX. 2. Mulheres do campo. 3. Araguaia, Rio, Região – História I. Sousa, Reginaldo Cerqueira, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 355.0218

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Auditório do PDISA do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, reuniu-se a Banca Examinadora em sessão pública, para Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, da discente **Beatriz Francisca de Lima**, matrícula nº 201440208007, intitulado "**Mulheres camponesas na Guerrilha do Araguaia**", conforme Resolução do Curso de Licenciatura em História de N.º 051/CONSEPE, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, composta pelos professores, orientador (a) **prof. Dr. Reginaldo Cerqueira Sousa** (ICH/FAHIST/Unifesspa) e examinadores **Prof.ª Dr.ª Maria Clara Sales Carneiro Sampaio** (ICH/FAHIST/Unifesspa), **Prof.ª Dr.ª Valéria Moreira Coelho Melo** (ICH/FAHIST/Unifesspa). Após cumprida as formalidades, o discente foi convidado (a) a discorrer sobre o conteúdo da Monografia. Concluída a apresentação os examinadores fizeram as devidas arguições e atribuíram o conceito EXCELENTE (10,0) da referida Monografia. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que será assinada pelos membros da banca e discente.

Orientador: Dr. Reginaldo Cerqueira Sousa

Examinador (a): Dr.ª Maria Clara Sales Carneiro Sampaio

Examinador (a): Dr.ª Valéria Moreira Coelho Melo

Graduando (a): Beatriz Francisca de Lima

“Dedico esse trabalho a minha querida irmã Maria Aparecida, que nos deixou há pouco tempo, e que em vida foi exemplo de mulher, guerreira, amiga, batalhadora e estará sempre em nossos corações.”

AGRADECIMENTOS

A Deus por me abençoar em todos os momentos de minha vida e durante todo este percurso formativo, me concedendo a energia necessária para ir em frente.

Aos meus pais, Luiz Francisco de Lima e Maria Divina de Lima, pelas lições de vida que me ensinaram e pelo amor, cuidado e preocupação que têm por mim, sempre me apoiando nas minhas escolhas.

Agradeço profundamente também ao meu orientador, professor Reginaldo Cerqueira Sousa, por ter contribuído comigo, na minha formação durante o curso e posteriormente nas orientações para materialização deste trabalho.

A todos os professores do curso de História que contribuíram com meu processo formativo, a quem devo muito por ter realizado este percurso. À Instituição.

Agradeço ao meu namorado, Luelson Reis Mendes, por me incentivar, não só durante o período da construção desse trabalho, mas em tudo que faço.

Aos meus irmãos pelos conselhos, incentivos e pelo consolo nas horas difíceis.

Aos amigos e companheiros de turma, pelas contribuições em debates acadêmicos acalorados durante as etapas de estudo na universidade.

Agradeço à minha família de forma geral, pelo incentivo e compreensão. A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho.

*Senhores, peço licença,
Me ouçam com atenção:
Vou falar sobre o Brasil,
Da atual situação,
Do camponês cá do Norte
Que, sendo valente e forte,
Ainda passa aflição.*

*(Cordel dos Guerrilheiros
do Araguaia)*

RESUMO

Passaram-se mais de quatro décadas desde a eclosão, em 1972, da Guerrilha do Araguaia. Esse movimento de resistência armada ocorrido às margens do rio Araguaia, entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, hoje Tocantins, ainda está presente na memória coletiva das pessoas que vivem na região, em especial na dos familiares dos mortos e desaparecidos da Guerrilha. O conflito envolveu os militantes do PCdoB e os camponeses na luta contra o regime militar inspirados no ideal de um governo popular e revolucionário. No entanto, o movimento foi reprimido pelo Exército através de campanhas militares de combate na selva para capturar e exterminar os militantes e camponeses envolvidos na luta armada. A violência praticada pelas Forças Armadas ainda ecoa na memória dos camponeses da região do Araguaia. O presente trabalho tem como norte investigar a memória das mulheres camponesas sobre a Guerrilha e a percepção delas acerca do conflito. As mulheres tiveram o cotidiano alterado e sofreram com a violência praticada pelos militares. Neste estudo pretendo analisar as memórias destas pessoas e, a partir delas, evidenciar outras interpretações sobre a Guerrilha do Araguaia.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. Memória. Mulheres camponesas.

ABSTRACT

More than four periods have passed since the outbreak in 1972 of the Araguaia Revolutionary. This movement of armed resistance occurred on the tiers of the Araguaia River, between the states of Pará, Maranhão and Goiás, now Tocantins, is still present in the collective memory of the people living in the region, especially the relatives of the dead and missing Revolutionary. The fight involved the militants of the PC of the B and the peasants in the fight against the military regime inspired by the ideal of a popular and revolutionary government. However, the movement was repressed by the Army through military jungle combat campaigns to capture and exterminate the militants and peasants involved in the armed struggle. The violence practiced by the Armed Forces still echoes in the memory of the peasants in the Araguaia region. The present work purposes to explore the memory of the peasant women about the Revolutionary and their perception about the conflict. Women had their daily lives changed and suffered from the violence practiced by the military. Our study aimed to analyze the memories of these people and, from them, to highlight other interpretations about the Araguaia Revolutionary.

Keywords: Revolutionary of Araguaia. Memory. Farmer women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- MAPA DA REGIÃO DO ARAGUAIA.....	26
FIGURA 2- EIXOS RODOVIARIOS NA AMAZÔNIA.....	33

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

CM - Comissão Militar

CNV - Comissão Nacional da Verdade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PIN - Plano de Integração Nacional

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras

SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPITULO I: A GUERRILHA DO ARAGUAIA SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA: MILITARES X GUERRILHEIROS	18
2.1 A GUERRILHA SOB A ÓTICA DOS MILITARES	20
2.2 A GUERRILHA PELO OLHAR DOS GUERRILHEIROS.....	25
3 CAPITULO II: CAMPONESAS DO ARAGUAIA	33
3.1 AMAZÔNIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO.....	33
3.2 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO E A GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	35
3.3 A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A MEMÓRIA DAS CAMPONESAS	37
4 CAPITULO III: AS CAMPONESAS DO ARAGUAIA E O ENSINO DE HISTÓRIA	46
4.1 ONDE ENCONTRAMOS AS MULHERES NOS LIVROS DIDATICOS?	50
4.2 AS MULHERES CAMPONESAS: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	52
4.3 PROPOSTAS DE ATIVIDADES: CAMPONESAS EM SALA DE AULA	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é reconhecida não apenas como a maior reserva de recursos naturais do planeta, mas também como uma região em constante disputa política, econômica, ambiental e social. A partir da década de 1960, com a ascensão dos militares ao poder, por meio de um golpe que destituiu o governo constitucionalmente eleito, a Amazônia tornou-se o palco de projetos de modernização e de desenvolvimento, cuja consequência a encontramos na intensificação e no surgimento dos conflitos agrários. Tais projetos visavam efetivar mudanças na infraestrutura da região, sobretudo pela construção de eixos rodoviários como o de Cuiabá-Santarém e o da Transamazônica, através do Programa de Integração Nacional (VERGOLINO; GOMES, 2004, p. 55).

Com o *slogan* “Integrar para não entregar”, os militares efetivaram o discurso da unificação do país através de uma concepção nacionalista de poder. Na Amazônia, a construção da Transamazônica simbolizou a efetivação desse ideal de unificação nacional em oposição à internacionalização. Como afirma Silva (2011, p.55), para o governo militar, a construção desses corredores era uma prova do poder do Estado e uma questão de ego para os militares, sendo que o discurso estatal era contraditório com a efetiva ocupação, visto que a baixa fertilidade do solo e as condições ecológicas e de mercados não foram consideradas no planejamento, afetando de forma contundente o baixo número de assentados em relação à otimista previsão do Estado.

O objetivo a ser alcançado pelo governo militar era o de povoar a Amazônia. Além das transformações na estrutura da região, uma campanha fora realizada para atrair pessoas para essa parte do Brasil. No entanto, não se levou em consideração o fato de que, nesse espaço, uma população já havia se estabelecido, sem qualquer atenção por parte do poder público, a não ser por ocasião da cobrança de impostos.

A pouca presença do Estado e a ausência de políticas públicas de qualidade levou à consolidação de uma elite oligárquica rural (SILVA, 2011, p. 27). Esses grupos exerciam controle da região e das terras públicas. As tensões aumentaram com a entrada de novos sujeitos, em particular de trabalhadores rurais que desejavam viver das atividades no campo.

A visão acerca da Amazônia mudou significativamente a partir de um evento que deixou marcas profundas na região: a Guerrilha do Araguaia. Desde o final da década de 1960, um grupo de militantes ligados ao PCdoB deslocaram-se para a região do rio Araguaia, área que corresponde ao sul e sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado

de Goiás) e oeste do Maranhão, no intuito de formar um núcleo de resistência armada contra o Governo Militar.

De acordo com Silva (2011, p. 25), a estratégia utilizada pelos militantes foi a da conquista da confiança, do apoio e da colaboração dos camponeses. Para isso, precisavam inserir-se no meio da população local, conhecer seus costumes e entender a relação dos camponeses com a mata e a floresta. Em contrapartida, os militantes, gradativamente, foram oferecendo serviços básicos de educação e saúde à população, uma vez que na região eram escassos ou inexistentes esses tipos de serviços. O movimento foi descoberto e vencido pelas forças militares.

Os agentes militares implantaram na região, por meio da violência e do terror, o medo na população. A violência, a tortura, a morte e o desaparecimento dos guerrilheiros se estenderam também aos camponeses que tiveram as suas casas e roças queimadas, além de serem expulsos de suas terras. A violência praticada pelo Estado contra a população deixou marcas profundas nas pessoas dessa região que, além de conviverem com o medo constante, tiveram que enfrentar ainda a violência em razão da pressão das elites latifundiárias, com o consentimento do governo militar através da concessão de terras a esses grupos (SILVA, 2011, p. 28).

Diante desse contexto histórico, o presente trabalho propõe como tema a memória das “Mulheres Camponesas na Guerrilha do Araguaia”, e a percepção das mesmas sobre o conflito, desvelando suas memórias. As mulheres camponesas tiveram seus cotidianos alterados, o que causou consequências que marcaram e marcam a vida das mesmas até os dias atuais. Conhecer o que sobreviveu na memória desta parcela da população sobre o grande conflito significa a possibilidade de dar voz às classes subalternizadas. Quanto ao suporte teórico, no que diz respeito à questão da memória, apoiei-me no trabalho de Michael Pollak (1989) e Thompson (2001) e Maurice Halbwachs que procura compreender a memória na relação indivíduo-sociedade, Lembrando que, o autor Pollack defende a existência das memórias subterrâneas e do enquadramento da memória.

Conforme Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Ocorre que a permanência do silêncio por longo período não pode ser explicada facilmente. Nessa direção, um aspecto a ser considerado no relato de experiências dolorosas é a presença de uma escuta, que decide ouvir e dividir vivências cujas feridas ainda estão abertas no presente, com a intenção de evitar o esquecimento.

O estudo da memória dessas mulheres camponesas sobre a Guerrilha possibilita a visibilidade das percepções de suas falas, e conhecer o que sobreviveu na memória desta parcela da população na possibilidade de dar voz às classes subalternizadas. Segundo Thompson (2001, p. 205), em sua concepção, a história deve ser contada, não somente levando em consideração os “grandes fatos” da história oficial e seus heróis, mas, sobretudo pela observação dos fatos ocorridos com pessoas que fazem parte da massa esquecida.

A História antes contada apenas a partir da visão das elites, agora passa a voltar sua atenção para as pessoas “comuns”. Surge aí a chamada “história vista de baixo”, onde homens e mulheres que tinham suas histórias ignoradas e eram silenciados, começam a ser ouvidos. A massa passa agora a ter suas experiências consideradas importantes pela historiografia (THOMPSON, 2001, p. 2007).

As memórias que ficaram à margem do processo, ou seja, as “memórias subterrâneas”, em uma perspectiva da “história vista de baixo”, dando ênfase às narrativas ou depoimentos das moradoras (mulheres) da região. Dessa forma, as memórias subterrâneas representadas nesses depoimentos fazem um contraponto a uma espécie de “memória oficial” do conflito, ou seja, uma memória histórica solidificada que coloca em cena o predomínio dos discursos dos militares e dos guerrilheiros, negligenciando as falas dos “excluídos, dos marginalizados e das minorias”.

O trabalho, estruturado em três capítulos, segue a seguinte ordem: o primeiro capítulo faz uma abordagem de como a historiografia tem tratado o tema da guerrilha do Araguaia, a partir de duas vertentes: do ponto de vista das forças armadas e outra segundo a ótica dos guerrilheiros.

Busquei leituras sobre a guerrilha, como nos trabalhos de Romualdo Pessoa Campos Filho: *Guerrilha do Araguaia – à esquerda em armas* (1997); José Vargas Jiménez: *Bacaba I: Memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia* (2007) e *Bacaba II: Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964* (2011); Hugo Studart: *A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia* (2006), entre outros. Esses autores analisam a Guerrilha sobre a perspectiva de militares e guerrilheiros durante todo o período que ela ocorreu.

Como fonte, também usei jornais e revistas de grande circulação nacional, tais como *Jornal O Globo*, *ISTOÉ*, entre outros, os quais fizeram reportagens de evidência sobre a Guerrilha do Araguaia, divulgando um episódio de nossa História recente que, por quase quatro décadas, o Estado tentou disfarçar, fingir, para que a opinião pública não ficasse a par

do que ocorrera na Amazônia brasileira durante o período mais obscuro da ditadura civil-militar.

O segundo capítulo trata sobre a memória das Mulheres Camponesas na Guerrilha do Araguaia, e a percepção das mesmas sobre o conflito, desvelando, assim, suas memórias, fato que deu título a este trabalho de conclusão de curso.

Entre os escassos trabalhos que abordam a problemática da Guerrilha do Araguaia por um viés que não se preocupe apenas com o confronto entre militares e guerrilheiros e que coloque na cena histórica as memórias subterrâneas da Guerrilha, merece destaque a tese de doutorado intitulada “Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)”, além de outros trabalhos de Patrícia Sposito Mechi.

Neste segundo capítulo, utilizamos como fonte primária as falas dessas mulheres contidas nos documentários: “Camponeses do Araguaia: A Guerrilha vista por dentro” e “Araguaia: campo sagrado”. Nos citados documentários, essas mulheres relembram como foi sua vinda com suas famílias para a região, a chegada dos militantes do PCdoB à região, sua convivência com os guerrilheiros, a repressão do exército contra suas famílias e vizinhos e contra os próprios guerrilheiros.

O terceiro capítulo está relacionado ao ensino de História, mostrado como é possível discutir acerca de possibilidades de abordagem sobre essas mulheres camponesas nesta disciplina, buscando constituir, junto aos alunos, uma visão mais ampla do lugar dessas mulheres na sociedade, bem como, a importância delas enquanto protagonistas de suas próprias histórias.

Neste referido capítulo, busquei leituras como: Vilma de Lurdes Barbosa: Ensino de História local: redescobrimo sentidos (2006); Circe Maria Fernandes Bittencourt: Livros didáticos entre textos e imagens- O saber histórico na sala de aula (2002); Ensino de História: Fundamentos e Métodos (2004); José Ricardo Ória Fernandes: Um lugar na escola para a História Local (1995); Selva Guimarães: Didática e Prática de Ensino de História (2005).

Sabemos que a memória da Guerrilha está viva, mas reprimida, até mesmo fora dos currículos escolares, quando se trata de fato histórico de grande relevância para o entendimento do que é hoje a região. A Guerrilha do Araguaia foi um fato seminal na história, já que muitas coisas que aconteceram, posteriormente, na região, se relacionam ao episódio.

Como destaca Barbosa (2006, p. 37), abordar temas da história local torna-se um importante meio de contribuir com a ampliação da consciência histórica por parte dos

estudantes, contribuindo para a ampliação de sua inserção crítica junto aos espaços, agentes sociais e instituições a que está relacionado.

Em síntese, seria importante trabalhar o ensino de história regional em conexão com a história nacional. Entendemos que em Marabá-PA, assim como em toda a região da qual esta cidade faz parte - num contexto que não difere da realidade educacional de outros espaços - há uma grande vazios nos temas relacionados com a nossa história, especialmente quando tratam de questões que perpassam o tema das mulheres camponesas do Araguaia e da Ditadura, tendo em vista que, o sigilo foi por alguns anos o parceiro mais seguro para se ocultar os fatos ocorridos naqueles anos de terror vivenciados pela população do Araguaia. A memória assim como a história é um saber no qual o passado e o presente estão em constante relação.

As mortes dos guerrilheiros e camponeses no Araguaia não foram em vão, marcaram com sangue a história desse país, plantando uma semente de esperança na luta dos menos favorecidos, que se propagar-se por várias décadas no Sudeste do Pará. Esta região que também presenciou posteriormente outros episódios de violências contra posseiros, garimpeiros, Militantes do PCdoB e militantes sindicais.

2. CAPÍTULO I - A GUERRILHA DO ARAGUAIA SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA: MILITARES X GUERRILHEIROS.

Passaram-se mais de quatro décadas desde a eclosão, em 1972, da Guerrilha do Araguaia. E este acontecimento, que marcou a história do Brasil, continua presente na memória coletiva das pessoas que vivem na região¹ onde ocorreu o conflito e na memória dos familiares dos mortos e desaparecidos da Guerrilha.

Ao término do confronto, em 1974, a Guerrilha, até então desconhecida do restante do país, foi protegida por uma cortina de silêncio. Sua disseminação foi censurada nos meios de comunicação da época. As Forças Armadas negaram a existência do conflito que, segundo consta, foi um dos maiores em relação à movimentação de soldados desde a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e inviabilizaram o acesso aos documentos oficiais que atestavam a existência de uma guerrilha rural no Brasil (CAMPOS FILHO, 2012, p. 536). No mesmo sentido, Morais e Silva destacam que:

Os brasileiros pouco souberam sobre a guerrilha nos anos seguintes à luta no Araguaia. O governo impôs a lei do silêncio e a imprensa quase nada publicou sobre o assunto. Apenas alguns familiares conheciam o destino dos militantes do PCdoB enviados ao sudeste do Pará, pelos relatos dos prisioneiros sobreviventes, apanhados no início dos combates (CAMPOS FILHO, 2012, p. 537).

Anos depois, as primeiras informações sobre a Guerrilha do Araguaia começaram a ganhar espaço em matérias publicadas na imprensa e em noticiários.² Através de relatos de sobreviventes, dos camponeses e do acesso a alguns documentos que comprovaram a existência dos excessos cometidos pelos militares contra os militantes. O silêncio sobre a Guerrilha começa a ser rompido e as informações sobre corpos de militantes enterrados em cemitérios clandestinos e as notícias sobre a tortura passou a ser do conhecimento de boa parte da sociedade.

A guerrilha é um assunto que persiste até hoje e mesmo derrotada militarmente, reflete nos dias atuais. Sobre o assunto há uma expressiva literatura e pesquisas acadêmicas que buscam compreender um dos mais importantes conflitos armados ocorridos no Brasil. A historiografia descreve a história da Guerrilha do Araguaia a partir de duas vertentes: uma do ponto de vista das Forças Armadas e outra segundo a ótica dos guerrilheiros e camponeses.

¹ A região do Araguaia, chamada à época de Bico do Papagaio, corresponde aos limites territoriais do sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão.

² A única reportagem publicada no Brasil, entre o início da guerrilha, em 1972 e 1978, saiu n' O Estado de S. Paulo. Logo depois, a censura prévia abateu-se sobre a imprensa e a guerrilha do Araguaia permaneceu inédita.

Ressalta-se que a literatura existente sobre esse assunto tem priorizado a reconstituição da totalidade da Guerrilha a partir dos relatos de ex-militantes, ex-oficiais do Exército, camponeses e religiosos da região acerca das perseguições, das prisões, da tortura e das execuções de prisioneiros.

Embora existisse o silêncio imposto sobre a Guerrilha, este episódio ganhou evidência no cenário atual. Mesmo ainda permanecendo o medo da repressão, que acometeu muitos daqueles que presenciaram a violência exercida durante a Guerrilha, vale lembrar aqueles que resolveram falar sobre o tema e narrar suas experiências³.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente capítulo é fazer uma abordagem de como a historiografia tem tratado o tema da Guerrilha e apresentar essas distintas versões, sabendo que, o trabalho do historiador é investigar e interpretar criticamente os acontecimentos, buscando problematizar a memória e ampliar a compreensão da condição humana.

O historiador, por sua vez, deve usar a sensibilidade com relação ao tempo (presente x passado), pois o estudo da história consiste em conhecer o presente e assim buscar compreender o passado. Partindo do conhecido para o desconhecido, este é o funcionamento da pesquisa. A postura do historiador deve ser de questionamento para perceber o contraditório. Isso significa que não se deve confiar em qualquer evidência sem a comprovação da sua veracidade, pois segundo Bloch:

[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...]. Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção [...] (BLOCH, 2002, p. 79).

Para o autor, não basta ter os documentos para a realização da pesquisa. É fundamental que o pesquisador saiba fazê-los falar, interrogando-os de forma a extrair pontos que não se encontram tão evidentes. O historiador deve se portar tal qual o perito criminal, que analisa todos os detalhes, colhe todas as provas, verifica se são autênticas, eliminando ao máximo a possibilidade do erro e chegando o mais próximo da verdade (BLOCH, 2002, 80).

³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi responsável por dar voz aos sujeitos que tiveram participação na guerrilha do Araguaia fazendo um resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.

2.1 A GUERRILHA SOB A ÓTICA DOS MILITARES

Como as Forças Armadas viam a Guerrilha? Segundo os militares, os guerrilheiros não lutavam por liberdade, mas sim com o objetivo de criar um sistema de partido único e erguer uma ditadura, similar aos regimes comunistas que existiam na China e em Cuba. “Para os oficiais do Exército, os guerrilheiros eram considerados marginais, terroristas, bandidos, subversivos” (CARVALHO, 2004, p. 39).

Segundo Carvalho (2004, p. 40), as Forças Armadas desencadearam três campanhas militares ao combate à Guerrilha: a primeira campanha iniciada no mês de abril de 1972, a ação militar coordenada pelo Exército contra os militantes do PCdoB, instalados na divisa entre Maranhão, Pará e Goiás (atual Tocantins). Esta foi composta por dois mil homens pertencentes a várias unidades militares. Os militares instalaram em Marabá e Xambioá seus quartéis-generais, e de lá comandaram a operação por todo Baixo-Araguaia.

O resultado deste primeiro ataque foi a morte de Bérqson Gurjão Farias e de dois camponeses suspeitos de colaborar com a Guerrilha: Lourival Moura Paulino e Juarez Rodrigues Coelho. Foram também presos alguns guerrilheiros. Já no primeiro confronto entre guerrilheiros e militares, em 8 de maio de 1972, foi morto o cabo Odílio Cruz e Rosa. As dificuldades enfrentadas pelos militares, condições climáticas, pouco conhecimento da região, despreparo para combate na selva, resultou no fracasso da primeira campanha contra a Guerrilha. (ACERVO CNV, 2014, p. 35).

A segunda campanha, concretizada em setembro de 1972, foi nomeada como Operação Papagaio, esta começa de fato com a chegada, à região do Araguaia, do Comando Militar do Planalto e do Comando Militar da Amazônia, os quais desembarcaram simultaneamente em Xambioá e Araguatins em 20 de setembro do mesmo ano. Segundo Campos Filho, nessa Campanha:

Foram utilizados, principalmente, recrutas do Batalhão de Selva, regimento instalado à altura do quilômetro oito da rodovia Transamazônica; pretendia-se garantir a presença de elementos da própria região. Embora esses soldados recebessem treinamento de luta anti-guerrilheira, isso era feito de forma precária – como em geral se dão os treinamentos de recrutas (CAMPOS FILHO, 2012, p. 151).

A missão tinha duas finalidades: operações contra guerrilheiros e “Ação Cívico-Social” junto à população local. A operação contou ainda com o apoio de tropas do IV Exército, de paraquedistas, de fuzileiros navais e de agentes da Aeronáutica. Nas operações militares foi localizado e destruído um depósito utilizado pelos guerrilheiros, ao norte da Serra das Andorinhas. O saldo de baixas entre os militares foi de dois mortos.

A terceira campanha tinha como finalidade o aniquilamento da resistência guerrilheira. Foi um período de atuações mais horríveis vivenciadas pelos indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na luta armada. Segundo Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, “a terceira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha foi uma verdadeira caçada. [...] Nenhuma lei, nenhum princípio, nada foi respeitado” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 36).

Todos os guerrilheiros presos no proceder da terceira campanha foram mortos sob tortura ou simplesmente fuzilados. Segundo Campos Filho:

A estratégia adotada e a preocupação com o sigilo que envolvia a operação demonstram que, desde a sua preparação, o objetivo dessa terceira ofensiva era aniquilar a resistência guerrilheira e não deixar nenhum vestígio do que ali acontecera. (2012, p. 172).

Com o término dos combates, o ano de 1975, segundo textos da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 40) é caracterizado como o início da fase da Operação Limpeza, visando à eliminação de todo e qualquer vestígio de conflito armado na região. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março daquele ano, tendo deixado marcas indelévels na região.

Com a conclusão da operação, toda a área de atuação da guerrilha sofreu um processo de militarização (CNV, 2014, p. 45), bem como na manutenção da população sob vigilância e controle. Tentando-se assim evitar prováveis reorganizações de núcleos guerrilheiros, mas também que moradores revolvessem torna-se públicas suas memórias dos fatos acontecidos durante a Guerrilha. Além disso, mantiveram-se os quartéis que foram construídos na região com o objetivo de combater novas guerrilhas.

Com o passar do tempo, os responsáveis pelas operações contra a resistência dos guerrilheiros revelaram as estratégias de operações planejadas pelas Forças Armadas, os nomes de seus comandantes, relatórios sobre os resultados, relação de mortos e feridos dos militares, guerrilheiros e camponeses (CNV, 2014, p. 45).

O 1º tenente da reserva, José Vargas Jiménez (na época da Guerrilha do Araguaia, 3º sargento), em seus livros Bacaba I e II, apresenta uma série de documentos e relatos sobre o tempo em que ele esteve no comando à frente da Guerrilha. Numa entrevista à Revista ISTOÉ, justifica-se: “Só fiz o que fiz na selva porque os guerrilheiros queriam impor o comunismo no Brasil e não a democracia, como eles dizem até hoje” (ISTOÉ, apud RODRIGUES, 2008, p. 21).

Na mesma entrevista, Vargas Jiménez revela que “a ordem era atirar primeiro, perguntar depois”. Dizendo ainda que recebeu ordens superiores para matar a todos. E admite que a tortura seja uma prática comum, e normal em guerras, como no caso da Guerrilha do Araguaia. Os relatos sobre a decapitação e o corte de mãos é outro aspecto visto com horror pela população da região, o fato dificulta a identificação atual dos corpos dos guerrilheiros. A decapitação é contradita pelo Exército, como citado por Vargas Jiménez, onde disse que as forças armadas não adotam tais práticas bárbaras, mas as mesmas são afirmadas em depoimento por alguns oficiais.

A concepção de que a guerrilha não é uma guerra convencional foi provavelmente a melhor percepção que o Exército teve, quando combatendo a insurgência, e a maior das lições aprendidas pelos militares brasileiros durante o confronto. Finalmente, a experiência de derrotar os guerrilheiros trouxe às Forças Armadas brasileiras uma doutrina sólida e eficaz para operações em ambientes áridos como selvas e montanhas. Ainda a respeito desse imaginário militar registrado no Dossiê Araguaia, notadamente relativo ao final da Terceira Campanha, Studart transcreve:

Para os militares que combateram no Araguaia, em nenhum momento parece ter ficado a sensação de vitória, e sim a noção de dever cumprido. Nós extirpamos um câncer quando ainda estava no início. O PCdoB preparava no Araguaia uma guerra civil na qual dezena de milhares de brasileiros a morrer. E se eles vencessem, milhares de dissidentes do novo regime seriam mortos, como Fidel Castro fez em Cuba. Como eles eram stalinistas, talvez houvesse um extermínio em massa de milhões, como Stalin fez na União Soviética com os adversários da ditadura do proletariado.” (STUDART, 2006, p. 275).

A Guerrilha do Araguaia foi uma prova de fogo para as Forças Armadas Brasileiras. Os militares não somente acabaram com a insurgência com profissionalismo, mas também se revelaram capazes de sobrepujar uma ameaça muito maior, a saber, o fantasma comunista que tentava espalhar suas sombras sobre o Brasil.

Com relação aos militares, o discurso dos mesmos, apresentados por Studart (2006, p. 270), tenta diminuir o papel repressivo e cruel das Forças Armadas Brasileiras durante a Guerrilha do Araguaia. Nessa concepção, alguns militares se esforçam em isentá-las da responsabilidade pelos abusos praticados, quando se referem às atitudes severas dos guerrilheiros, os quais, segundo seus relatos estariam dispostos a matar ou a morrer por terem consciência de que teriam optado por uma guerra desigual e, como tal, sujos. E é nesta percepção que os militares buscam esclarecer os excessos cometidos na repressão à guerrilha, conforme trechos do Dossiê Araguaia transcrito por Studart:

“Se alguém desejar assumir o poder de uma nação pela luta armada, deverá saber que haverá violência de ambos os lados nos confrontos, que seus combatentes poderão matar ou morrer, porque não existe guerra com flores e sim com armas. Quem tomar a iniciativa poderá vencer ou perder. Se perder deverá aceitar a derrota com dignidade e não sair por aí chorando nos muros das lamentações como criança inocente que praticou um ato inconsequente.”

“Nesse contexto, e considerando que a guerra de guerrilha é uma guerra suja, é pouco provável que a tropa, dentro da selva, compartimentada em pequenos grupos de combate, com grande descentralização e disposta da autonomia operacional, adotando procedimentos não-convencionais, com seus homens descaracterizados e sob tensão permanente, estivesse disposta a facilitar a fazer prisioneiros. Não podendo ser descartada, também, a hipótese de que, a exemplo do que ocorreu em Israel, após o chamado Massacre de Munique, o contra-rebelde tenha feito um pacto de matar os que mataram (2006, p. 273-274).

Muitos dos militares que participaram do conflito são vistos como heróis que defenderam a nação, arriscando para isso suas próprias vidas.

Outros militares, no entanto, alegam sofrerem revanchismo. Segundo o exército alegam o histórico da violência do comunismo em todos os países que foi implantando (apud RODRIGUES, 2008, p. 22). Isso pode ser visto no trabalho criado pelo coronel Aluísio Madruga e Souza intitulado “Guerrilha do Araguaia: revanchismo” (2012), que atuou contra a Guerrilha e também coincide com as concepções apresentadas acima. O autor acredita que pode trazer a “grande verdade” sobre o assunto, através de seus relatos como testemunha ocular. Segundo o autor, aqueles que se entregaram e/ou foram presos não foram maltratados nas bases militares, como explicita o seguinte trecho:

(...) todas as oportunidades lhes foram dadas. Aqueles que receberam voz de prisão e sentindo que estavam em desvantagem se entregaram, foram presos e bem tratados. O mesmo ocorreu com os que por questões pessoais, fora da situação de combate, também se entregaram. E nem por isso receberam tratamento não condizente com os previstos neste tipo de guerra irregular. (SOUZA, 2012, p.162).

Segundo o oficial do Exército, general Zenildo Lucena (O Globo, apud MONTEIRO, 2005, p. 4), “A Guerrilha do Araguaia cabe ao passado e o exército está olhando para frente”. Para os militares, o melhor seria promover um esquecimento sobre o Araguaia. Ao descrever suas lembranças, não apenas reviviam o passado, mas o restauraram a partir de memórias, muitas das quais não desejam tornar públicas.

Para um grupo de oficiais reunidos numa associação chamada TERMUNA⁴, a Guerrilha do Araguaia está acima da habilidade de interpretação da massa e dos intelectuais brasileiros, por isso, careceria ser esquecida, assim como o Exército tenta fazer. No entanto,

⁴ Grupo de Terrorismo Nunca Mais.

este silêncio pode ser uma declaração de culpa do órgão oficial e também confirma a verdade das informações sobre supostas crueldades e assassinatos contra os guerrilheiros. Sobre a Guerrilha,

A abordagem do assunto, quase sempre unilateral por falta de profundidade ou por facciosismo, privilegia uma esquerda melindrada e revanchista, não contemplando as forças legais com a isenção que deveria cercar a análise de um momento político importante da História recente do País. Por outro lado, o silêncio que o Exército Brasileiro insiste em manter sobre o tema reforça o peso do relato de vertente única e estimula a crença no assentimento de culpa por acusações de desmandos e crueldades (SOUZA, 2012, p.247).

Para Martins Filho (2006, p. 182), uma visão hegemônica emergente e repetida dos textos dos militares das três forças se baseia no contexto de que “anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer”, em que os militares, depois de divulgada a anistia às vítimas e aos agentes da violência do Estado da Ditadura Militar, optam colocar uma “pedra” sobre o passado e erguer o futuro.

As forças armadas, ao longo do tempo, também procuram explicar e legitimar a violência empregada no combate à Guerrilha, recorrendo à exaltação das atitudes e dos feitos dos guerrilheiros, elogiando os atos de coragem, bravura e heroísmo dos mortos em combate, no sentido de engrandecer os que foram considerados inimigos de guerra.

Com relação ao longo tempo de silêncio dos militares sobre os fatos pautados à Guerrilha, Studart emprega que:

Importantes fatos históricos foram ocultados pelas pretensas razões de Estado, por meio de mentiras deliberadas, e de violações de normas jurídicas, morais e políticas. Quando a guerrilha começou, o Brasil se encontrava em regime militar sob o tacape do Ato Institucional n 5º, o AI-5º. Tratava-se, portanto, de ditadura militar, um criptogoverno, segundo o conceito de Bobbio, regime no qual os segredos de Estado eram regra, não exceção. Por isso que se tentou manter a História sob o império do oculto (2006, p. 19).

Para o exército, a Guerrilha do Araguaia, já é um passado enterrado que não mais lhe pertence (STUDART, 2006, p.20). Ainda hoje, podemos ressaltar que toda a área de atuação da guerrilha sofreu um processo de militarização, que desempenhou influência nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra, bem como na manutenção da população sob vigilância e controle. Além disso, mantiveram-se os quartéis que foram construídos na região com o objetivo de combater a guerrilha. Até hoje é possível observar as marcas do silêncio e da violência que se intensificou na região. As marcas sobrevivem.

2.2 A GUERRILHA PELO OLHAR DOS GUERRILHEIROS

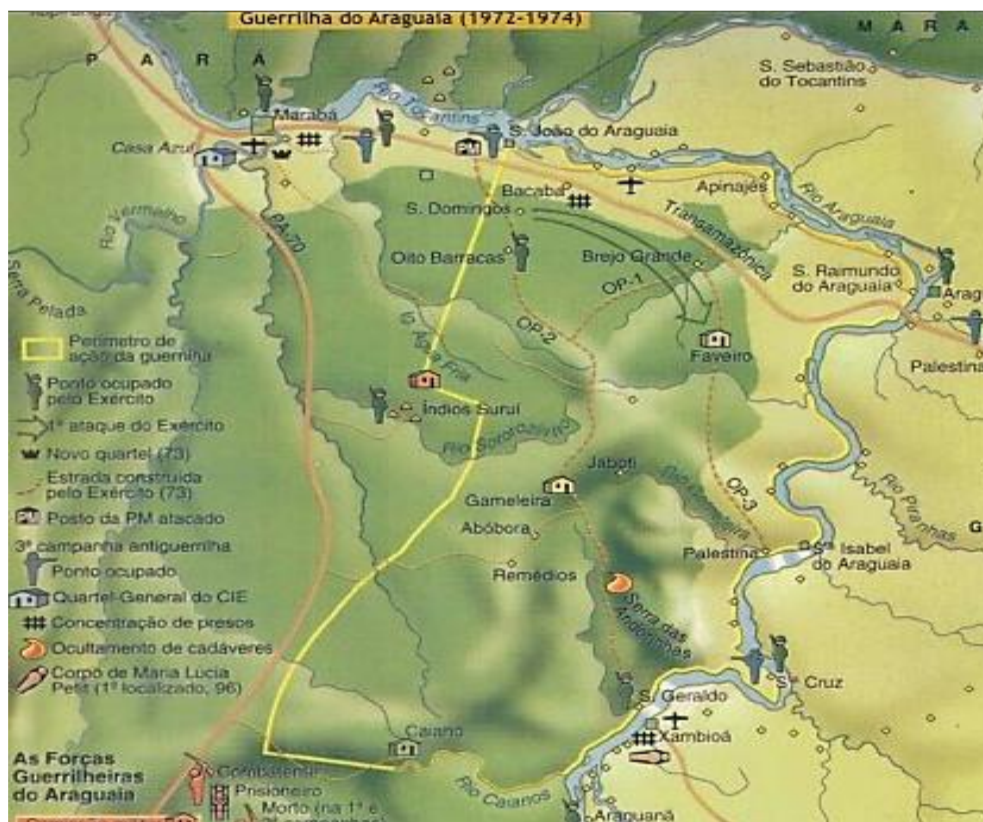
O que levava o PCdoB a dirigir seus militantes para região do Araguaia em busca da "libertação nacional" ou do "sonho do socialismo"? Os militantes do PCdoB acreditavam nos seus ideais a ponto de dispor da própria vida pela causa que lutavam dispostos até mesmo a entrarem em guerra pelo sonho do socialismo. De acordo com Campos Filho:

O PCdoB manteve-se numa linha ortodoxa, fiel ao que considerava princípios marxistas-leninistas da necessidade da revolução, só possível, em seu entender, através da luta armada, da guerra popular prolongada, de influência maoísta, para tomar o poder político e alcançar o socialismo (CAMPOS FILHO, 2012, p. 59).

A Guerrilha do Araguaia se insere nesse contexto, em que pegar em armas para fazer a revolução apresentava-se como um caminho possível para a conquista de poder. A região escolhida pelo PCdoB foi o baixo-Araguaia, entre o sul do Pará e o norte de Goiás – atual estado de Tocantins, pelas condições já citadas acima.

A guerrilha se subdividia em destacamentos, de acordo com Campos Filho (2012, p. 29), os destacamentos: “A, B e C”. Cada destacamento era formado por um grupo de homens, mulheres e um (a) chefe militar, este que respondia à Comissão Militar- CM, chefiada por Maurício Grabois. Os núcleos se denominavam: GAMELEIRO, CAIANA E FAVEIRO.

FIGURA 1- MAPA DA REGIÃO DO ARAGUAIA



Fonte: Autor: Bernardo Joffily: A guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade, 2005.

No mapa, é possível identificar os destacamentos na região de amplitude e bases militares. Nessa região sucederam os combates mais violentos entre forças militares da ditadura e guerrilheiros dos PCdoB. Os comandantes guerrilheiros do Araguaia não eram amadores, como indica em sua reportagem o jornalista Fernando Portela:

O primeiro erro das forças do governo nessa guerrilha do Araguaia: jogar recrutas com seis meses de quartel dentro da selva inóspita, habitada por um contingente de 63 guerrilheiros, treinados dentro da própria selva, alguns com seis anos de preparação militar rígida, espartana, e um espírito de decisão surpreendente. Além disso, muito bem orientados por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), homens com formação militar no exterior, teoricamente comparáveis a brilhantes oficiais brasileiros. (PORTELA, 2002, p.67)

A Guerrilha, segundo Guerra (2008, p. 10) foi planejada pelo Partido Comunista do Brasil- PCdoB e organizada a partir de 1966, quando os primeiros guerrilheiros chegaram à região em que ocorreram os confrontos. Eles foram confiados de conferir o local, pesquisar se realmente possuía condições adequadas ao desenvolvimento da luta armada, como a presença de uma população necessitada de direitos básicos, local de difícil acesso para os militares e

região parcialmente formada por uma densa floresta que poderia servir como abrigo durante a luta, além de policiamento situado a longas distâncias.

Alguns eram habilitados militarmente com táticas de guerrilha em outros países, conforme descreve Gorender:

A partir de 1967, fixou-se à margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá (1987, p. 207).

Para os dirigentes do partido comunista, que eram em sua grande maioria influenciados pelas experiências vitoriosas de guerrilhas rurais em países da América Latina como em Cuba, Vietnã e China, iniciar uma suposta revolta seria fácil (GORENDER, 1987, p. 200). Os ideais chineses tiveram uma grande importância, já que a opção pelos pressupostos teóricos chineses foi amadurecendo ao longo de um intenso intercâmbio entre o PCdoB e o Partido Comunista Chinês. Desses contatos resultaram três missões de militantes brasileiros para treinamento político e militar na China, nas cidades de Pequim e Nanquim.

De acordo com Gorender (1987, p. 205), os cursos chineses receberam, a partir da primeira turma, de 1964, diversos membros do partido que se tornariam guerrilheiros no Araguaia, como Osvaldo Orlando da Costa, João Carlos Haas, José Humberto Bronca, Divino Ferreira de Souza, Miguel Pereira dos Santos, Micheas Gomes de Almeida e Ângelo Arroyo. Nesse quadro, desenhava-se a alternativa da chamada guerra popular prolongada, como o caminho revolucionário que se encontraria de maneira objetiva com as condições brasileiras.

Ainda segundo Gorender (1987, p. 209), obter apoio dos moradores da região era eficaz, pois a partir do campo, enfrentariam a ditadura, a derrubariam, e, por conseguinte, tomariam o poder e fariam a revolução. Antes de se definir pela luta armada, os militantes do PCdoB apostaram na estratégia de construção de uma frente ampla e democrática contra a Ditadura. Essa linha política, entretanto, não eliminou a opção armada.

É possível concluir, de acordo com o autor citado acima, que um grupo de jovens estudantes, perseguidos pelo regime militar começou a se concentrar, juntando-se às massas camponesas da região do Araguaia. Os futuros guerrilheiros vindos de várias partes do Brasil procuraram contar com as massas locais, viviam e discutiam com elas, partilhando da sua situação de opressão e abandono.

A região escolhida para o início da batalha foi a do Bico do Papagaio, já que era estratégica porque contava com cobertura vegetal primária. Os guerrilheiros instalaram-se nas circunvizinhanças usando técnicas militares estudadas na China comunista. A escolha da região, de acordo com João Amazonas e Mauricio Grabois, era adequada por diversas maneiras:

“A região do Araguaia oferece condições propícias”. É zona da mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão etc. tem que estar de pé como guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por povoados e cidades pequena-médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu, e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes. Além disso, é fronteira a largas regiões pobres dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. As condições desfavoráveis que apresenta são a densidade da população, pequena na área propriamente dita, embora na periferia seja bem maior, e há doenças tropicais, sobretudo a malária e a leishmaniose [...]. (GUERRA, 2008, p. 40).

Sendo assim todos os pré-requisitos da área atendiam às expectativas na intenção de fazer a retomada democrática do país. A fase de preparação militar, com treinamentos no interior da mata era feita sem o conhecimento da população camponesa. Dessa forma, os militantes levavam vidas paralelas: se preparavam física e militarmente para a guerrilha ao mesmo tempo em que buscavam vivenciar o modo de vida camponês. Procuravam conhecer a floresta e as matas, faziam experiências de sobrevivência na selva e organizaram também os PAs - Pontos de Apoios, nos quais guardavam comidas, remédios e armas, bem como representavam o modo de vida camponês, compartilhando as experiências da comunidade: plantando, colhendo, caçando, pescando e criando animais para subsistência.

Dessa forma, as finalidades do PCdoB, segundo Campos Filho eram:

Preparar núcleos guerrilheiros com a participação das massas camponesas, desencadear ações armadas e estabelecer uma área conflagrada através de uma guerra popular prolongada. Essa estratégia era tida como a única forma de combater a Ditadura Militar e construir um governo popular e revolucionário (2012, p. 102).

O coronel do Exército, Álvaro de Souza Pinheiro, concordava e corroborava com essa descritiva, já que dizia que “A área selecionada pelo PCdoB mostrava-se extremamente adequada para a ação subversiva [...]” (apud JOFFILY, 2008, p. 40).

Os responsáveis pela Guerrilha tinham um apoio muito forte da população, especialmente pelas atividades sociais. A falta de atenção do Estado sem assistência alcançável pelos camponeses favoreceu as relações interpessoais de vizinhança entre guerrilheiros e camponeses. Só desta forma a massa campesina se identificaria com os ideais

daqueles guerrilheiros. Daí pode-se supor a participação e apoio da massa na guerrilha.

Segundo Arroyo:

Um membro da Comissão Militar “calcula que 90% da população apoiava a guerrilha. Um oficial do Exército citado por Elio Gaspari fala do “apoio de oito em cada dez habitantes”. Frei Gil Vila Nova, o velho missionário dominicano, junto aos índios Suruí, discorda. Entrevistado em 1981 por Paulo Fonteles, advogado dos posseiros diz que foi muito mais, calcula em 100%” (apud JOFFILLY, 2008, p. 85).

A participação dos camponeses no conflito foi almejada tanto pelos guerrilheiros quanto pelas Forças Armadas e ambos os grupos justificavam muitos aspectos de sua atuação em nome desses trabalhadores, considerados incapazes de conduzir seus próprios destinos (ARROYO apud JOFFILLY, 2008, p. 87).

Embora tenham adquirido significativas vitórias nas duas primeiras campanhas militares, os militantes possuíam um armamento muito precário, cujas armas padrão eram o revólver calibre 38, haja vista que a maioria das insuficientes armas em seu poder estava em péssimo estado. O Estado utilizou o terrorismo como principal método para derrotar a Guerrilha, torturando publicamente a população camponesa (CNV, 2014, p. 38).

Segundo trechos de documentos da CNV, mesmo que no início os militares utilizassem táticas para tentar aproximação, cedo ou tarde partiriam para a violência e se isolariam dos moradores. As Forças Armadas, por esse entendimento, estariam enfraquecidas e os comunistas poderiam comandar a formação de um exército regular para combater as tropas oficiais.

O Exército impediu que houvesse uma sociabilidade camponesa e que se desenvolvessem laços de solidariedade e que esses se fortalecessem entre os guerrilheiros, sendo formas repressivas utilizadas contra essa população. Os guerrilheiros visitavam as moradias dos camponeses, tentando desfazer a imagem que o Exército havia construído a respeito deles (REIS, 2013, p.93).

Nas duas primeiras campanhas, o governo do general Emílio Garrastazu Médici foi mal sucedido na tentativa de abafar o movimento, mas, na terceira, literalmente abateu o adversário. A terceira campanha é que tornou a guerrilha conhecida, entre os próprios militares, como "guerra suja". Segundo Reis (2013, p. 95), os guerrilheiros não se tornariam prisioneiros de guerra, mas facilmente deixariam de existir. Todos, com a exceção de Arroyo, que escapou, foram mortos. Em outubro de 1974, a última guerrilheira foi encontrada: Walkiria Afonso Costa.

A terceira fase incidiu no período de combates mais cruéis presenciado pelos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na luta armada, conforme descreve Studart:

A 7 de outubro de 1973, 750 membros das tropas especiais do Exército, escalonados em três grupos de 250 homens, operando em rodízio, entraram na selva em trajes civis com a única missão de extirpar os guerrilheiros, com máximo rigor e precisão cirúrgica. Saíram de lá em fins de setembro de 1974, com a guerrilha completamente dizimada. Foi nesse período de um ano que teriam ocorrido violações sistemáticas dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra, com tortura, decapitações e execução dos prisioneiros (2006, p. 42).

Na última campanha, os camponeses e também os índios Aikewara tiveram seus dias alterados, a população foi surpreendida com a violência e coerção dos militares, ficando em meio ao conflito armado. Homens, mulheres, jovens, freiras e padres, acusados de cooperarem com os guerrilheiros, foram vigiados, perseguidos, presos, torturados e até mortos (CNV, 2014, p. 41).

Segundo informações noticiadas pelo PCdoB, 75 pessoas teriam morrido durante a guerrilha, 58 guerrilheiros e 17 camponeses (GORENDER, 1987, p. 14). No entanto, Studart comprova discrepâncias entre esses números e os expostos pelos militares no *Dossiê Araguaia*, o qual contabiliza 85 mortes.

No *Dossiê*, os militares relacionam pela primeira vez seu próprio saldo da Guerrilha. Dos 107 guerrilheiros e camponeses que participaram 64 teriam morrido; 18 teriam parado desconhecido; 15 foram presos e sobreviveram; 7 teriam desertado; 2 teriam cometido suicídio; 1 teria sido justificado pelos próprios companheiros tema dos mais delicados para a esquerda brasileira. O *Dossiê* revela ainda a data provável de cada prisão ou morte; e as possíveis baixas nas Forças Armadas: 6 mortos e 8 feridos. (GORENDER, 1987, p. 33).

Os índios Aikewara também sofreram com todo esse acontecimento da guerrilha, o exército fez o pior com a população indígena, mulheres e as crianças passavam fome e medo na aldeia, prisioneiro em seu próprio território, os militares arrastaram os homens para lhes servirem de guia na mata que desconheciam atrás do rastro dos guerrilheiros e mandando-os à frente como escudo humano. Também os forçaram a carregar corpos e presenciar violência e tortura em uma guerra que não atendiam e que durou anos, até que o último guerrilheiro na mata fosse morto.

A violência exercitada por militantes e militares durante a Guerrilha do Araguaia repercute até hoje não somente na região, mas em todo o Brasil. Falar da Guerrilha do Araguaia, para os camponeses, transformou-se na possibilidade de amplificar a divulgação de suas demandas e da dramática questão camponesa no Brasil.

Os camponeses do Araguaia, falam muito pouco de si e muito da Guerrilha. Estruturaremos essa narrativa para que o ouvinte entenda de que modo eles foram afetados e

quais foram os impactos da Guerrilha sobre eles, mas exatamente através das mulheres camponesas. As narrativas começam, na maioria das vezes, fazendo referências ao tempo que estão no Araguaia. Contudo, o silêncio ainda é percebido como símbolo da resistência dos sobreviventes.

Conforme Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Ocorre que a permanência do silêncio por longo período não pode ser explicada facilmente. Nessa direção, um aspecto a ser respeitado no relato de experiências dolorosas é a presença de uma escuta, que decide ouvir e dividir experiências cujas cortes ainda estão abertos no presente, com o intuito de evitar a lembrança.

Muitos dos camponeses que estiveram envolvidos em todas as fases da Guerrilha, especialmente na etapa de suposta preparação, quando viveram com os militantes confiando que eram camponeses migrantes, foram presos, torturados, ficaram com sequelas físicas, perderam casas e roças incendiadas pelo exército, porém, ficaram por algum tempo de fora da relação dos que deveriam ser beneficiados com indenização do governo (CNV, 2014, p. 30).

A Guerrilha do Araguaia colaborou para que se ampliassem formas de luta e resistência contra o latifúndio por meios que não se respaldam na espera de uma resolução pelo Estado, mas sim através do enfrentamento. Aos camponeses, a experiência consolidou a percepção de que o Estado atua em favor dos grandes grupos econômicos, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terra por esses (REIS, 2013, p. 77).

Talvez, por isso, parcelas expressivas da população apoiaram a resistência até o fim, em níveis distintos de relação que iam desde aqueles que apanharam em armas até os que davam comida e informações. As tropas oficiais, por conta disso, se depararam com grandes problemas para reprimir o movimento guerrilheiro.

Reiniciar a vida, num contexto pós-Guerrilha, não seria tão simples e como à primeira vista poderia parecer. A população da região onde sucedeu a Guerrilha permaneceu num clima de terror por muito tempo: medo, enalços, intimidações, repressões, bem como imposição de silêncio, fizeram parte do cotidiano, conforme relatos colhidos na região e em acervos (CNV, 2014, p. 31).

As lembranças traumatizantes dos acontecimentos ocorridos durante o conflito armado são complicadas de serem esquecidas, mas eram expressamente impedidas de serem reveladas. Assim foram durante o período pós-Guerrilha, caladas, notadamente, devido à presença de representantes das Forças Armadas na região.

A memória da Guerrilha, por outro lado, torna-se eficaz para os que discutem o direito a reparação financeira junto à Comissão de Anistia. Nesse caso, as lembranças das experiências vivenciadas baseiam a concretização desse direito.

Enquanto isso, na região onde ocorreu a tragédia, as populações camponesas continuavam em silêncio, por receio ou outras formas de apreensão, seja devido a sua ajuda com as ações do aparato repressivo, seja por terem, em muitos casos, sido alvos desse mesmo aparato, dada a suspeita recaída sobre muitos, de terem cooperado com os guerrilheiros e saber, no calor dos conflitos, do seu paradeiro e dos planos que tinham como finalidade.

A Guerrilha do Araguaia foi uma importante luta armada do povo brasileiro pela sua libertação. Confirmou-se que este tipo de luta é viável para combater o regime tirânico em nosso país (REIS, 2013, p. 78). Portanto, a Guerrilha ainda está para ser devidamente estudada. O conhecimento que temos dela é muito precário, suas lições são pouco conhecidas e com grande debilidade, deficiências, erros políticos e militares. Campos Filho pode ser um dos primeiros a escrever sobre o tema, pelo olhar dos marginalizados socialmente.

O professor Campos Filho pode ser considerado o primeiro pesquisador a “dar voz” ao grupo mais prejudicado com a contenda, ou seja, os moradores da região, que ficaram em silêncio por quase duas décadas até serem reabilitados pelo historiador [...] seu livro e seu arquivo pessoal são referências para pesquisadores sobre o tema [...] (BARBOSA, 2016, p. 50).

Mas também não há dúvidas de que críticas, que muitas das vezes fazem à Guerrilha, têm o sabor de uma visão direitista da revolução brasileira, que nega o papel das massas camponesas.

3. CAPÍTULO II - AS CAMPONESAS DO ARAGUAIA

3.1 AMAZÔNIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A Amazônia brasileira tem sido palco de grandes projetos que objetivam o seu desenvolvimento, sempre encarada como um grande problema devido às grandes dimensões territoriais, sua diversificada biodiversidade e diferentes concepções de identidades culturais.

Durante as décadas de 1960 e 1970 a Amazônia sofreu intensas modificações com a implementação, por parte do governo militar, de amplos planos e empreendimentos de infraestrutura, tais como Programa de Integração Nacional (PIN), tendo como principal finalidade a construção de dois eixos rodoviários principais: Cuiabá-Santarém e a Transamazônica (VERGOLINO, GOMES, 2004, p.29).

Veja a imagem abaixo da região onde foram implantados os grandes projetos.

Figura 2: EIXOS RODOVIÁRIOS NA AMAZÔNIA



Fonte: Vivendo a Geografia Blogger

Através das construções dessas rodovias, o governo apontava gerar a colonização de forma dirigida da região, transferindo trabalhadores rurais sem terra do Nordeste e do Sul do Brasil para a Amazônia. No ano seguinte, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), que complementava o PIN, e ambos estimulavam o setor agrícola.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visando ampliar e integrar a Amazônia, sob o Programa de Integração Nacional (PIN), gerou o aumento da concentração do poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite local, além disso, procederam na ativação da migração camponesa para a Amazônia e também no aumento do deslocamento compulsivo, transferência e expulsão das famílias que já habitavam a região; aumentou os conflitos sociais e fundiários, envolvendo as comunidades tradicionais (agricultores, índios, pescadores, populações quilombolas, seringueiros, etc.) que lutam para permanecer nos territórios por elas historicamente ocupados. (REIS, 2013, p. 77).

Devido à intensificação dos grandes projetos, a população da Região Norte apresentou crescimento acelerado em comparação com a população do país, em particular no período de 1970 a 1980, quando se verifica uma variação percentual de 63,2% e uma taxa anual de 5,2%, superior à taxa nacional de 2,48% a.a., de acordo com dados do IBGE (2005, p. 307). Também, no período de 1980 a 1991, houve uma variação de 70,6% e, apesar de a taxa de crescimento anual desse período (3,96%) ser inferior à do período anterior, persistiu o avanço da região em relação ao país (1,89% a.a.). Em termos absolutos, a população regional cresceu de 2,9 milhões em 1960 para 5,9 milhões em 1980, uma variação de 51%, no período em foco. Esse desenvolvimento populacional de forma acentuada é explicado pela evolução do processo migratório em função da colonização e dos Grandes Projetos.

Devido aos projetos de colonização e desenvolvimento da Amazônia e com a construção da rodovia Transamazônica, a campanha do governo era para que as pessoas fossem morar naquela região, povoando-a. Mas a questão é que já havia muitos brasileiros residindo no local e a elas o poder público não dava nenhum tipo de assistência, pelo contrário, se fazia presente apenas para cobrar impostos (SILVA, 2011, p. 47).

Ainda segundo o autor acima, os planos e projetos de modernização do governo federal, através da expansão da fronteira demográfica e econômica, abandonavam as populações da Amazônia, se mencionando à mesma como uma região despovoada, terra sem gente, ou até mesmo vazio demográfico. As iniciativas que visavam modernizar a região, na maioria das vezes, afastavam as populações locais das decisões sobre o destino de seus territórios, dos quais são deslocadas compulsoriamente, impossibilitando a continuidade de seus costumes e modos de vida.

3.2 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

A construção do campesinato na região do Araguaia desdobrar pelo estudo do processo de migração, as formas de ocupação e resistência camponesa pela estabilidade e posse na terra, bem como sugere o estudo da dinâmica da economia extrativista, da formação das oligarquias locais e do processo de expansão capitalista na região.

A concepção do processo de formação do campesinato nos conduz, necessariamente, à análise da ocupação da região a partir das frentes migratórias, que, segundo Hébette (2004), se deu a partir de duas formas fundamentais: a colonização espontânea e a colonização dirigida. Sobre essas formas de colonização o autor destaca que:

A colonização é dita dirigida quando há interferência direta e orientação formal, na fase inicial do processo e na própria implantação, ou seja, quando há iniciativa externa aos colonos nesta fase primordial (momento). É o caso da Transamazônica. Essa iniciativa, geralmente, é voltada para abertura de uma região, a escolha da área dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão se assentar, o local das moradias, o tipo de exploração econômica. (...). A colonização é espontânea quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposições sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas a critérios dos indivíduos ou grupos colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momentos) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade) (HÉBETTE, 2004, p. 42).

A inicial forma de ocupação, a espontânea, teve sua abertura na década de 1920, quando os trabalhadores, migrantes, sobretudo do estado do Maranhão e de outros estados do Nordeste, forçados por distintos fatores, entre eles: falta de terras e de trabalho, atraídos, especialmente, pela possibilidade de ocupar um pedaço de terra e apontando garantir sua produção e reprodução social, largaram seus locais de origem, venderam suas casas e lotes e se conduziram para a Amazônia. O conhecimento que se tinha era de que na região existiam terras abundantes e alternativas de trabalho, principalmente, na extração da borracha e do diamante (REIS, 2013, p. 79).

Boa parte dessas camponesas do Araguaia era oriunda de outros estados que vinham para região com a perspectiva da possibilidade de ter seu pedaço de terra e de uma vida melhor. Essas pessoas se estabeleciam e tomavam posse de um pequeno lote de terra com relativa facilidade, já que o latifúndio ainda não havia se instalado com toda a força na região.

Para continuar a viver, os moradores desenvolviam uma série de atividades, sendo a maioria vinculada ao extrativismo agricultura: caçavam, plantavam pequenas roças com produtos de subsistência, extraíam da floresta o cupuaçu, o babaçu, o palmito e a castanha,

único produto comercializável, que os moradores entregavam aos donos dos castanhais (CAMPOS FILHO, 1997, p. 21).

A história camponesa nas terras do Araguaia expressa um caminho de migração, de saída de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida em outras regiões; de luta pela posse e estabilidade na terra, de dominação/subordinação e resistência no trabalho nas áreas dos cauchais, nos castanhais, nos garimpos e, mais recentemente, de resistência à expansão das grandes empresas agropecuárias, as quais pressionam o campesinato cada vez mais à sua expropriação por parte do capital industrial e comercial (REIS, 2013, p. 73).

Os primeiros camponeses começaram a chegar à região em fins de 1967. No ano anterior começaram a inserir na região os primeiros projetos agropecuários selecionados e subsidiados pela SUDAN. O abandono da região pelo Estado foi um dos fatores que influenciou na decisão do PCdoB ao escolhê-la como local para um amplo trabalho de massas. A região do Araguaia, juntamente com sua população, foi incluída num projeto de transformação social através de uma luta armada idealizada pelo Partido Comunista do Brasil (REIS, 2013, p. 75).

Os idealizadores do movimento de resistência armada, fundamentados nos conhecimentos de guerrilhas em outros países, avaliaram as características da região e da população que nela habitava como condições adequadas para o começo de uma guerrilha.

Os camponeses do Araguaia, envolvidos no conflito armado entre guerrilheiros e militares, tiveram seu dia-a-dia alterado. Sem saber o que estava ocorrendo, ficaram em meio ao fogo cruzado. Durante os confrontos entre as forças guerrilheiras e forças militares, tiveram seus direitos transgredidos, foram submetidos à vigilância, repressões, às prisões ilegais, torturas e execuções, e também seus meios de sobrevivência foram destruídos (CAMPOS FILHO, 1997, p. 23).

Conforme Pollak (1989, p. 5), se tudo um dia pode acabar, as lembranças ficarão. Resta, então, aos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, quebrarem o silêncio para serem ouvidos, o que não é fácil, já que as marcas da imposição da violência e do silêncio ainda são presentes. Contudo, suas memórias guardam histórias, as quais serão contadas através das camponesas da Guerrilha do Araguaia.

3.3 A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A MEMÓRIA DAS CAMPONESAS

Neste capítulo apresentamos como fonte primária as falas das camponesas constantes nos dois documentários que relatam as memórias e traumas das mulheres durante a guerrilha do Araguaia. O primeiro documentário “Camponeses do Araguaia: A Guerrilha vista por dentro⁵”, foi produzido em 2010 pela fundação Maurício Grabois, com direção geral de Vandrê Fernandes. Este produto visual mostra os camponeses da região do Araguaia, no norte do atual Tocantins e sul do Pará relatando a amizade que travaram com os "paulistas", como eram conhecidos os militantes da Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974. Além da convivência com os guerrilheiros, a população local rememora o sofrimento pelo desaparecimento de familiares e amigos, as torturas cometidas pelo Exército em um dos mais sangrentos e desconhecidos episódios do período da Ditadura Militar (1964-1985).

No segundo documentário “Araguaia: campo sagrado”⁶, produzido em 2011, com direção geral de Evandro Costa de Medeiros, realizado pela produtora Labor Filmes, resultado de um projeto organizado pelo professor Evandro Medeiros, na época em que estava lotado no Campus da UFPA. O documentário traz “relatos de camponeses, ex-mateiros e ex-soldados que testemunharam e foram vítimas das ações do exército durante o período da Guerrilha do Araguaia”. Chama a atenção não apenas pelo fato de fugir a certa “cleanização” dos fatos, mas também pela organização, seleção, encadeamento da narrativa. Destaque ainda precisa ser dado ao discurso do discurso. Mateiros, camponeses, viúvas, ex-militares, etc. não só falam sobre os fatos, mas revelam uma consciência histórica muito forte. Eles falam sobre os discursos gerados sobre a Guerrilha, sobre o fato de os brasileiros não fazerem a mínima ideia do que ocorreu e também para a dificuldade de trazer à tona a verdade.

As entrevistas contidas nos documentários descrevem como os guerrilheiros se abrigaram na região do Araguaia, a deflagração do conflito e contam como todo esse processo afetou suas vidas e famílias.

As camponesas envolvidas no conflito armado na região sul do Pará têm em comum uma trajetória de vida caracterizada pela migração em busca de melhores condições de vida, de resistência pela posse e permanência na terra numa região de fronteira agrícola historicamente marcada pelos conflitos fundiários.

Observemos o depoimento de Dona Neusa e Dona Maria das Neves presente no mencionado Documentário que fala sobre a vinda de migrantes para a região:

⁵ Disponível no Youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=UhpO4I2O0zs>

⁶ Disponível no Youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHr>

“Minha mãe já tinha vindo na frente. Meu pai comprou uma terra no Pará. Eles vieram com a mudança, pegaram uma doença na viagem evoluiu para Araguaína. Ele faleceu, mas um ano depois ela veio para assumir e ficou aqui em 64.”(Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

O depoimento da camponesa Maria das Neves demonstra que havia muita terra sem dono nesse tempo:

“Nesse tempo não tinha dono de terra, a gente tirava o tamanho que queria, só beirando garapezinho e pronto, tocava a vida que queria não tinha perseguição na sua vida” (Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

Podemos perceber nos relatos das camponesas que uma onda migratória direcionou-se para a região do rio Araguaia no ponto em que os estados de Goiás (atual Tocantins), Maranhão e Pará fazem fronteira, composta principalmente de pessoas que vinham do nordeste e do centro-oeste brasileiro. Essas pessoas se estabeleciam e tomavam posse de um pequeno lote de terra com facilidade, já que o latifúndio ainda não havia se instalado com toda a força na região.

A chegada dos “paulistas”, como eram identificado os guerrilheiros antes da deflagração do movimento se deram em um momento que a terra era ocupada sem muito controle e a propriedade ainda não tinha atingido seu auge.

“Paulistas” era o codinome que os guerrilheiros utilizaram para se manterem “ocultos”, supostamente para esconderem seus reais intuítos e sobre quem era os mesmos, o que suscitaria muitos questionamentos dos pobres camponeses. A Camponesa Maria das Neves relata no documentário o convívio com esses militantes comunistas, conhecidos na região como paulistas:

“Há muito tempo eles já morava lá, o nome do lugar deles era Chega com Jeito. Eles nunca bulia com ninguém, fazia compra aqui na rua e voltava no animal dele, e tocava a vida dele pra lá. Ninguém bulia com ninguém, ninguém bulia com eles, e eles não bulia com a gente.” (Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

Através da memória da camponesa Maria das Neves, percebemos que interagindo com os camponeses, os “paulistas” conquistaram a confiança dos já estabelecidos na região. As mulheres desses, além de fazerem serviço de parto, ensinavam as crianças a ler e a escrever, entre outras atividades, como a religiosa também, como podemos ver no depoimento da camponesa Dona Adalgisa:

Eles disseram pra eu ir pra missa. Lá no Raimundo das moças e perguntar o Frejili quem era eles, que o Franjili sabia. O Franjili disse: “-Não, eles são boa pessoa. Eles não mexem com ninguém. Não se preocupe que eles são boa pessoa”. (Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

Alguns haviam se formado ou estudado medicina, enfermagem, geologia, farmácia, agronomia, etc. Outros, disfarçados de vendedores, donos de pequenas farmácias ou de mercados, percorriam a região fazendo os contatos necessários. Praticamente todos cumpriam uma função social e, ao mesmo tempo, faziam um trabalho de “politização” das pessoas, conseguindo angariar apoio dos camponeses, o que era vital para o bom andamento do projeto do PCdoB. Contudo, a presença de armas era uma realidade. Veja o depoimento da camponesa Dona Leonor:

Era uns home muito parecido e as mulher muito decente. Inclusive um dia eu encontrei com a Sônia Cristina, aí eu com muito medo delas que elas tava cheia de arma. Eu nunca vi aquilo. Ela chegou a falar comigo assim: “- Por que você tá com medo de mim”?

- Porque você tá com tanta coisa assim, eu tô vendo aí tanta bala na sua cintura. Salva-vida dum lado, revólver do outro, metralhadora. Eu tô com medo mermo, nunca vi isso, uma pessoa que nem você, sofrendo desse jeito.

- Sofrendo tá vocês! Vocês tão sofrendo, o massacre do Governo... E nós tamo lutando pela Pátria, pela nossa liberdade, pelo minério, pelo ouro da Serra Pelada, pela ferrovia, e vocês tão humilhado. (Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

Ao chegarem às regiões indicadas, os guerrilheiros deveriam se integrar à vida da população, agir e vestir-se como eles, utilizando botas e facões para desbravar a mata e criar condições para a atuação da guerrilha. Além disso, o trabalho na roça também preparava o físico dos guerrilheiros para as necessidades da guerrilha rural, sejam elas de resistência ou de conhecimento profundo do espaço como vantagem na luta armada. (MECHI, 2015, p. 49).

Em geral, as memórias contidas nos documentários são positivas aos militantes do PCdoB. O estudo que os guerrilheiros tinham talvez se destacasse ante a falta de escolarização da população local. Dona Madalena diz que “era tudo gente sabida, num tinha nenhum besta não” (ARAGUAIA, 2011). A caridade militante era a regra no processo de interação com os moradores. Dona Marcolina rememora: “eu gostava deles, o senhor sabe? Eu num vou mentir” (Ibidem, 2011). Dona Dora disse que “eles são gente boa demais, porque quando eu adoecia, eles tratavam de nós” (Ibidem, 2011).

Por outro lado, essa sociabilidade se estendia também à “convivência” com os paulistas, e aos relacionamentos médico/paciente, como expõe D. Neusa Rodrigues Lins:

“Os vizinhos da região vinham para fazer tratamento com eles, quando precisava voltar para retorno, aí ficava na minha casa, minha casa era assim quase que fosse um hospital” (Camponeses do Araguaia. Dir. Mauricio Grabois, 2010).

Os responsáveis pela Guerrilha tinham um apoio muito forte da população, sobretudo pelas atividades sociais. A falta de atenção do Estado favoreceu as relações interpessoais de vizinhança entre guerrilheiros e camponeses. Só desta forma a massa campesina se identificaria com os ideais daqueles guerrilheiros. Daí podemos supor o porquê da participação da massa na guerrilha. Segundo Arroyo:

Membro da Comissão Militar “calcula que 90% da população apoiava a guerrilha. Um oficial do Exército citado por Elio Gaspari fala “apoio de oito em cada dez habitantes”. Frei Gil Vila Nova, o velho missionário dominicano junto aos índios Suruí, discorda. Entrevistado em 1981 por Paulo Fonteles, advogado dos posseiros diz que foi muito mais, calcula em 100%”. (Apud JOFFILY, 2008, p. 85)

A prática costumeira de ajuda mútua “foi eliminada” do cotidiano com uma determinação do Exército; suas relações de sociabilidade com os moradores da região como, por exemplo, o trabalho em mutirão para plantar e colher suas roças e demais laços costumeiros de sociabilidade foram impedidos.

Assim que souberam da movimentação de comunistas no local, o Exército brasileiro foi deslocado para a região. A princípio mandaram um contingente de soldados inexperientes, mas à medida que a ação se alargava, os comandos resolveram enviar tropas mais preparadas. Com a deflagração da guerrilha os guerrilheiros se adentram para o centro da mata. De acordo com a memória de dona Sônia:

“Os paulistas começaram a sumir, ai como foi o sumiço deles que passaram, acho que foi o Joca ou Zé Carlos, mas a dona Maria passou pra mãe que iam morar no centro da mata, né?. Tinham tirado uma terra e iam pra lá”. E aí a mãe disse: É, vocês vão deixar saudade, tanto tempo com a gente. Aí eles disseram: - Não, a gente volta. (Camponeses do Araguaia. Dir. Grabois, 2010).

Com a desapareção dos guerrilheiros para o meio da mata, o Exército começou uma coerção em cima dos camponeses que viviam na região em busca de notícia dos “terroristas”. Segundo o jornalista Elio Gaspari, “o Exército prendeu, ao longo de toda a campanha, mais da metade dos homens do lugar” (GASPARI, 2002, p. 443). Dona Marcolina confirma o fato: “Aí começou a encher a rua de soldado. Era soldado mesmo e helicóptero voando e fazendo aquela bravura toda”. “Aí chegou o exército, foi humilhando todo mundo” (ARAGUAIA, 2011).

Em alguns vilas, todos os homens foram presos e levados para as bases militares de Xambioá e Bacaba, muitos foram jogados em valas, abertas ainda na campanha anterior, denominadas de “Buracos do Vietnã”. Todos eles, praticamente, sofreram violência

psicológica e física, ou seja, apanharam de “taca”. Os militares chegaram a compor o “Hino da Taca”, que deveria ser cantado pelos camponeses todas as manhãs antes do café, nas bases militares (STUDART, 2006, p. 291).

Com as prisões de moradores, a destruição de roças e de “Pontos de Apoio” e as panfletagens contra o movimento, os militares conseguiram isolar os guerrilheiros, privando-os de mantimento, medicamentos, roupas, munições, entre outros. As casas dos moradores, outrora amigos dos guerrilheiros, transformaram-se em arapucas. Alguns foram presos ou mortos quando tentava contatar esses moradores, geralmente para pedir comida, ocasião em que eram “repcionados” pelos militares.

Dona Dilva confirmou que “eles (do Exército) queimaram as roças, queimavam tudo, chegavam tocando fogo em tudo e acabavam com as casas. Queimavam, acabavam mesmo” (ARAGUAIA, 2011).

A forma mais empregada de repressão e ameaça dos camponeses foi à queima das roças e das casas, que tinha como uma de suas intenções desencorajarem os moradores a oferecerem auxílio à guerrilha, objetivando “matá-la de fome”. Ter ajudado os guerrilheiros com os alimentos produzidos para sua subsistência restou aos camponeses prisões e torturas.

Em nome da “segurança nacional”, o Exército torturou e matou vários brasileiros, simples camponeses moradores da região do Araguaia, que não faziam a mínima ideia sobre o que era uma Ditadura ou uma Revolução. Segundo Romualdo Campos Filho, “a irracionalidade, o preconceito e a truculência, típicos da repressão militar” era uma realidade (CAMPOS FILHO, 2012, p. 179).

A camponesa Maria Madalena recorda vários nomes de moradores presos pelo Exército. Diz ainda que prenderam o marido de sua vizinha, por dois meses ficou sem dar notícia a ninguém. Foi então que sua mulher endoidou (Ibidem, 2011). O depoimento de Dona Madalena, criança à época, é esclarecedor:

Quando nós demos fé a nossa casa cercou de soldados. Chega estava tudo verde [dos uniformes dos soldados] assim, aí cercou a casa, foram invadindo a casa, aí já foram pegando meu pai, aí já foram amarrando, tirando meu pai pra fora, expulsando, sabe. Aí nós saímos de casa [o exército] mandou sair tudinho de casa, nós saímos tudinho, aí saíram tocando meu pai igualmente toca porco, sabe. Na estrada, bateram, empurraram meu pai, derrubaram meu pai, falaram meio mundo de coisas pro meu pai, aí a mãe saiu atrás com nós chorando. (ARAGUAIA, 2011).

Como se vê, durante a Guerrilha, houve distintas formas de conter o movimento, afetando diretamente os moradores. Uma das mais mencionadas nos relatos dos camponeses

foi à prisão em massa. Ao abordarem a população para buscar descobrir elementos para enfrentar o inimigo ainda desconhecido, utilizaram amplamente prisões arbitrárias e interrogatórias. A camponesa Maria Madalena, em seu relato, releva os aspectos e as formas de relacionamento entre as primeiras tropas e os camponeses:

Eles chegaram na casa de meu pai, aí prenderam meu pai, aí saíram tocando meu pai igualmente se toca um porco né, aí minha mãe saiu atrás com nós chorando, aí eles mandou nós calar a boca né. Aí chegamos na Vila de Santa Cruz, aí eles colocaram meu pai intimado em cima de uma areia quente né, no sol quente, na areia quente o dia todo, sem comer e sem beber. E nós chorando ao redor e eles mandando nós ir embora, sair de lá né, aí depois nós ficamos sem ter onde se ranchar né, no meio da rua, no meio da vila lá, aí uma comadre da minha mãe foi que pegou nós, levou pra casa dela e deu comida pra nós, entendeu? Aí ficamos sem direito de voltar na terra (...) aí eles tocaram fogo na nossa casa também (...) ficamos só com a roupa do corpo. (CNV, 2014, p.300).

Nos relatos das camponesas, percebemos a desestruturação familiar provocada pela forma de abordagem utilizada pelas forças repressivas: “buscava-se o chefe da família, que era submetido as mais diversas formas de tortura, visando colher qualquer tipo de informação sobre a atividade guerrilheira. Em alguns casos, marido e mulher, ou mesmo a família toda era submetida a torturas” (Mechi, 2012, p. 31).

Em entrevista a Campos Filho, Dona Oneide assim declara:

[...] Eu estava na cela com mais duas mulheres, a mulher de Pedro Carretel e a irmã Joana, que mora aqui em São Domingos. Um dos três soldados, que chegou com o preso com um saco na cabeça, disse para mim, lá na Bacaba: ‘Aquele seu marido tinha a cabeça grande. Eu vi ele na mata. Passando por lá, eu vi a cabeça dele lá. Agora eu não procurei se era cortada ou se tava de fora; o buraco era raso e tinha três pessoas dentro. E eu acho que porco fuçou a cabeça dele lá’ (CNV, 2014, p. 695).

Também era muito comum o desterro involuntário e mesmo voluntário de moradores, a queima de casas e provisões, o extermínio de criações e, em alguns casos, a imposição de trabalhos forçados que, conseqüentemente, acarretava a desestruturação familiar. Sequestros de mulheres e crianças também podem ter incidido, segundo apontam os depoimentos descritos por (Mechi, 2012, p.33), além de promover o terror na região para que os camponeses abandonem suas terras.

As torturas sofridas pelos moradores foram tão grandes que as sequelas físicas, morais e psicológicas continuam vivas nas memórias dos entrevistados. Dona Madalena diz que “todos os que eles (Exército) judiaram nunca mais foi homem, num prestaram, teve um que chegou a morrer aí na Vila Santa Cruz vomitando sangue” (ARAGUIAIA, 2011).

Exemplo disto se verifica no relato da Camponesa dona Maria Madalena, citado anteriormente, quando a camponesa afirma que se buscou prender e torturar o chefe da família. Outro aspecto de guerra primitiva ou de guerrilha é negar-lhes os meios de subsistência, destruindo as suas produções, seja por vandalismo ou por roubo. Esses também foram procedimentos desenvolvidos pelos militares na região.

As lembranças dessas mulheres também traz à tona outra prática que foi comum durante a repressão à Guerrilha do Araguaia e cujo impacto ultrapassa esse episódio, se refletindo até hoje na vida da comunidade: a privação dos meios de subsistência dos camponeses, que tiveram suas casas e roças sistematicamente queimadas, além de serem expulsos de suas terras. Muitas das áreas que eram posses de camponeses nos anos 1970 hoje pertencem aos latifúndios da região, que ganharam força com a repressão à Guerrilha.

Por fim, não podemos deixar de registrar que essas mulheres do Araguaia, que sofreram humilhações, maus-tratos, e tiveram seus bens destruídos pelo Exército, jamais foram ressarcidas por tais atos.

Falar sobre as violências que sofreram também passou a ser um elemento de segurança, pois à medida que são conhecidos nacionalmente, estarão protegidos da violência clandestina, promovida pelo Estado e pelo latifundiário. Essa é uma tática que merece atenção e pode ser identificada em outras lutas sociais contemporâneas.

As memórias que ficaram à beira do processo, ou seja, as “memórias subterrâneas”, em uma perspectiva da “história vista de baixo”, dá ênfase às narrativas ou depoimentos das moradoras da região. Dessa forma, as memórias subterrâneas representadas nesses depoimentos fazem um contraponto a uma espécie de “memória oficial” do conflito, ou seja, uma memória histórica solidificada que coloca em cena o predomínio dos discursos dos militares e dos guerrilheiros, negligenciando as falas dos “excluídos, dos marginalizados e das minorias”.

Nesse sentido, se o que é escrito sobre a Guerrilha do Araguaia negligencia e, em muitos casos, desconsidera a participação das pessoas comuns, não é de se admirar-se que, ao dialogarmos com os habitantes da região, na maioria das vezes o que lhes interessa contar é sobre o encontro com esse ou aquele guerrilheiro, sobre o possível número de soldados do exército envolvido no conflito e sobre o medo e a desconfiança em relação ao Exército ou aos guerrilheiros. De tanto as histórias da Guerrilha do Araguaia terem menosprezado a participação dos camponeses, eles mesmos, às vezes, já não se sentem como sujeitos históricos deste processo (MEDEIROS, 2013, p. 34).

A memória camponesa, embora decorrida por aflições, traumas, temor, dentre outros, revelar-se a forte influência do PCdoB, bem como interesses de benefício com indenização. O comportamento dessas mulheres durante o processo de rememoração evidencia certo incômodo ao falar do assunto. A maneira, o tom da fala, as pausas, a inquietação, o olhar e o choro incontido propagam que nem tudo esta sendo dito e, o indizível parece ferir a memória, reabrindo as feridas que não foram totalmente cicatrizadas.

A memória coletiva, problematizada por Halbwachs (1990, p. 55), não é a mera soma das memórias individuais dos sujeitos pertencentes a um grupo, a uma comunidade, ou mesmo a de um país em relação a um fato ou processo histórico. Memória coletiva seria, segundo esse autor, o que se conhece de determinado fato histórico, a memória que aparece quando se fala nele, uma história comum a todos, conhecida por todos que a repetem.

Embora a Guerrilha seja considerada um período de muita aflição e de direitos infringidos, na percepção de alguns moradores ela trouxe aprendizados e vários deles se colocam como participantes do processo, pois afirmam em seus relatos que a população aprendeu com os guerrilheiros a se libertarem da repressão. É o caso, por exemplo, da camponesa dona Domingas Rodrigues da Rocha, que afirmou que a “consciência das pessoas mudou” e, em sua opinião, “mudou muito” depois do conflito. Segundo essa entrevistada, quanto à exploração:

Aquela coisa de ficar trabalhando lá pra seu fulano tirando tanta castanha e depois levar pra casa uma mixaria em dinheiro acabou. Agora se eles quiser castanha vai comprar mesmo na mão do posseiro que eles não derruba um pé de castanha, conserva tudo porque é uma coisa muito boa (...) a guerra foi ruim porque matou o povo. Mas foi boa porque incentivou o povo a ficar com essas terra. Brigar também. Os guerrilheiros ensinaram o povo a brigar. Foi bom demais. (CNV, 2014, p. 56)

Essa transformação de atitude frente à exploração também foi ressaltada por outra camponesa, Dona Oneide, quando cita que tal mudança “foi o que houve de bom na guerrilha, foi os moradores tomarem consciência de sua real situação” (ARAGUAIA, 2011). Imprescindível ressaltar aqui que as duas mulheres entrevistadas tinham proximidade com a atuação da Igreja no conflito, que se dava por meio das reuniões, um exercício que cultivaram por meio de suas atuações como líderes religiosas em suas comunidades.

Nesse sentido, a percepção delas acerca do aprendizado pela luta está, sem dúvida, carregada também de uma memória pautada à atuação delas junto aos padres que, no momento do conflito armado, ficaram ao lado dos guerrilheiros e contra a Ditadura.

Perceba-se que, ao falarem do aprendizado devido ao acontecimento da Guerrilha, essas moradoras não recorrem à memória que se liga às lutas históricas da região que

envolveu sempre as condições de exploração e opressão. Nesse sentido, as experiências e as memórias da Guerrilha do Araguaia colaboraram para um exercício no que toca à luta contra a exploração.

É importante que se esclareça novos rumos sobre a Guerrilha do Araguaia, reconstituindo uma memória social como um direito humano, não pela ótica dos “conquistadores”, mas incluir nela o direito de visibilidade de muitos sujeitos que foram vítimas da Ditadura Militar, e que até agora estão perdidos em um passado que foi paralisado e que nega suas experiências sociais.

É nesse contexto que podemos dar voz àqueles que, há tempos estão gritando suas experiências silenciadas. Pensar nesses camponeses e camponesas como cidadãos que têm direito à memória social e a ser conhecidos como construtores da história é uma tarefa difícil, pois essas pessoas “perderam” o direito à visibilidade de seu passado, tiveram suas experiências silenciadas, recusadas e desvinculadas do processo da história; ficando à margem do caminho.

4. CAPÍTULO III - AS CAMPONESAS DO ARAGUAIA E O ENSINO DE HISTÓRIA.

A Guerrilha do Araguaia e seus sujeitos foram por muito tempo desconhecidas da maior parte da população brasileira. A existência dela foi descoberta pelo grande público apenas no fim da Ditadura Militar (1964-1985).

A Guerrilha do Araguaia constitui-se como um assunto interessante, muito comentado e pouco pesquisado do ponto de vista acadêmico, com uma bibliografia escassa, cuja maioria dos escritos foi feita por jornalistas. Contudo, devido à sua importância para elucidação de uma parte de nossa história contemporânea, tem-se transformado, nos últimos anos, em objeto de pesquisa pela academia.

Podemos perceber a pouca ou nenhuma importância dada à história regional, seja por parte dos docentes, ou por parte da sociedade em geral. Daí revela-se a importância deste capítulo, dada a sua perspectiva de inserção social e histórica de parte das memórias das mulheres camponesas do Araguaia e do conflito na região, ou seja, por meio da escola em sua condição de espaço de discussão e de formação, na tentativa de sensibilizar e de trazer para os livros didáticos e, conseqüentemente, para a escola um assunto de extrema importância tanto para a nossa região quanto para a história nacional.

Abordando a História local, os alunos passam a compreender que a realidade histórica de sua localidade não está isolada do mundo, mas é parte do processo histórico deste. Aprendem a valorizar as múltiplas identidades culturais e sociais do meio em que vivem, respeitando-as.

Estudar as questões locais é essencial para que os alunos compreendam melhor as relações existentes entre sua região e o restante do planeta, pois esta compreensão os ajuda a analisar historicamente os acontecimentos, lhes proporciona uma visão crítica sobre os fatos de suas vidas, contribuindo para uma mudança de atitude com relação à própria vida.

A história local pode ser incluída na disciplina como um tipo de abordagem histórica capaz de contribuir no processo de ensino aprendizagem. “O local e o cotidiano do aluno constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver, logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens” (FONSECA, 2012, p. 241).

O processo de ensino-aprendizagem do saber histórico é encaminhado, grande parte, por meio de uma cadeia normatizadora do conhecimento, sustentada pelo empirismo de regras escolares e objetividade dos materiais didáticos, principalmente dos livros, estes que

geralmente totalizam conteúdos e, no caso da história, se pautam na história geral ou do Brasil, em sua grande parte.

Para o ensino de história e outras disciplinas escolares, a grande maioria das escolas adota o livro didático como “suporte” para o professor. O uso do livro auxilia a maioria dos professores na hora de ministrar suas aulas. O grande empecilho é que muitos docentes utilizam o livro didático como única fonte, o que acarreta na construção de gerações sem o mínimo senso crítico. Segundo Rocha,

Considera-se que um bom livro didático deve propiciar uma visão de História segundo uma perspectiva crítica. Ao realizar a sua escolha deverão ser avaliados os embasamentos teóricos; a fidedignidade; a verdade histórica; o estímulo à curiosidade; a pesquisa e a criatividade; a realização de uma abordagem global e específica; a oportunidade de reformulação de ideias e conceitos; bem como o uso de uma narrativa clara; simples; mas que incentive o desenvolvimento de habilidades (ROCHA, 2003, p. 68).

Muitas das vezes, os livros didáticos trazem consigo um conteúdo exaustivo, repleto de datações, que acabam por impulsionar no aluno o instinto de decorar ao invés de adquirir o conhecimento contido neste, fazendo com que esta disciplina seja vista como pouco interessante. Para se ensinar história local, é necessário dar voz aos sujeitos que estiveram outrora excluídos dos conteúdos ensinados. Necessita-se trazer as memórias e lembranças mais profundas daquela sociedade para a transformação de tais relatos em uma verdadeira identidade cultural.

De forma geral, as mulheres nunca estiveram ausentes da história, ainda que a historiografia tradicional, durante décadas, as tenha excluído. As mulheres, pela sua representação no decorrer da história, foram tornadas invisíveis, ou ainda, representadas apenas exercendo papéis secundários. Contudo, as mulheres tiveram participação ativa e relevante, elas não estiveram ausentes da história como se acreditava a partir da historiografia existente; considerando as mudanças ocorridas na historiografia em relação à história das mulheres.

Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. Elas foram invisibilizadas porque se considerava que suas atuações estavam exclusivamente atreladas ao ambiente privado da família e do lar. Segundo Michelle Perrot:

E primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a

invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É garantia de uma cidade tranquila. (PERROT, 2006, p.17).

O espaço público foi o espaço privilegiado da ação política e, conseqüentemente, dos homens. A chamada história tradicional, marcadamente política e voltada para o estudo dos grandes feitos, dos grandes homens e do Estado silenciou a presença feminina do processo histórico. Esse modelo de história baseava-se apenas nas fontes oficiais, onde não havia a presença de mulheres. O silêncio das fontes deu-se em decorrência do fato de as mulheres serem pouco vistas nos locais públicos. Elas pouco falam delas. O que ocorre é ao mesmo tempo em que são excessivamente descritas, representadas e imaginadas, são também silenciadas. Silêncio, não no sentido da ausência de fontes sobre as mulheres, mas na representação dos relatos que se fazem delas; silêncio no sentido da falta de discursos autênticos e da discrepância sexual, já que esses discursos eram produzidos por homens; silêncio no sentido da falta de fontes que retratem a existência cotidiana e particular da vida real.

Mulheres comuns deixaram poucos vestígios materiais que pudessem ser considerados fontes históricas, como correspondência, diários íntimos, autobiografias, declarações de amor e objetos pessoais.

Os vestígios dessas mulheres foram apagados, destruídos, desprezados (muitas vezes por elas mesmas). Dentre todas as razões apresentadas para a invisibilidade histórica das mulheres, Perrot (2006, p. 20) destaca que o silêncio mais profundo é o silêncio do relato, pois se faz dominado pelo exclusivismo político, econômico e social masculino, no qual a história produzida é a história das rainhas e heroínas ou a história das mulheres imaginadas e idealizadas pelos homens.

Contudo, seria importante trabalhar o ensino de História local em suas conexões com a História nacional. Percebemos que em Marabá-PA, num contexto que não difere da realidade educacional de outros espaços, há uma grande lacuna nos temas relacionados com a história local, especialmente quando tratam de questões que perpassam o tema das mulheres camponesas do Araguaia e da Ditadura, tendo em vista os silenciamentos e as relações com o esquecimento que tal tema ainda provoca na região.

Consideramos, porém, que o silêncio e o esquecimento sobre o passado pode ser um suporte para outras discussões. Quais as condições de possibilidade preparam o terreno para que certas questões sejam mantidas submersas, repassada apenas entre sussurros e interditos, ou possam ser trazidas à tona e colocadas abertamente sob análise da sociedade? Quem tem interesse quanto ao apagamento dos rastros sobre determinadas memórias?

Essas perguntas se tornam bastantes pertinentes no que se refere à abordagem da Guerrilha e das mulheres camponesas no ensino de História no âmbito da educação básica, e de outras disciplinas como a Sociologia e a Geografia. É importante discutir acerca de possibilidades de abordagem sobre essas mulheres camponesas no Ensino de História, buscando constituir, junto aos alunos, uma visão mais ampla de seu lugar na sociedade, bem como sua importância enquanto agente de sua própria História.

Como destaca Barbosa (2006, p. 58), abordar temas da História Local torna-se um importante meio de contribuir com a ampliação da consciência histórica por parte dos estudantes, contribuindo para a ampliação de sua inserção crítica junto aos espaços, agentes sociais e instituições a que está relacionado. Abordagem essa que não se restringe apenas ao conhecimento histórico, podendo ser apropriada de forma interdisciplinar por intermédio de outras disciplinas relacionadas às Ciências Humanas, a outros saberes que formam o currículo escolar da educação básica e a espaços de educação não formal, como aos organizados pelas associações e movimentos sociais.

Para efetuar tais abordagens, como destaca Martins (2009), os docentes devem assumir posicionamentos distintos da visão que coloca o livro didático como a única fonte de conhecimento e assumir-se enquanto professores/pesquisadores:

Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar pesquisadores. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais de História (MARTINS, 2009, p. 146).

O livro didático, instrumento privilegiado do espaço escolar, desempenha importante papel no estabelecimento da memória coletiva. Desta maneira, podemos verificar como a guerrilha e a participação dessas mulheres camponesas é tratada no principal veículo de apoio utilizado nas escolas e quais as relações entre estas representações e a memória coletiva sobre a luta armada.

O tema da memória coletiva já é um clássico visitado por historiadores. Desde a publicação do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), na década de 1950, se difunde o entendimento de que nossas lembranças não se constituem isoladamente, mas em sociedade. Assim, os coletivos legitimam determinadas versões, parciais, limitadas, do seu passado. Este não é, contudo, um movimento pacífico e unilateral. Disputas diversas estão por trás do processo e sempre existirão memórias subterrâneas, que poderão contrariar as versões coletivamente consolidadas e mais fortes. (POLLACK, 1989, p.141)

Contudo, apesar de uma versão, a memória coletiva não se constitui a partir do acaso. Ela se elabora e se fortalece nas lembranças e em vestígios do período. Neste sentido, depoimentos, documentos, filmes, matérias em jornais são úteis para a consolidação de um consenso sobre determinados episódios do passado.

4.1 ONDE ENCONTRAMOS AS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS?

O livro didático é um dos principais materiais presentes nas escolas públicas, é um importante instrumento de trabalho para o professor, e às vezes o único livro no qual o aluno tem acesso e pode levar para casa.

Na medida em que é acessível ao público ao qual se destina, também pode desempenhar um papel significativo na formação ideológica e cultural no cotidiano escolar, seus textos e imagens passam a ser um forte referencial para quem o lê. Por representar um importante instrumento de trabalho em sala de aula, constata-se que, muitas vezes, professores e alunos o têm como única fonte de informação. (COSTA, 2006, p. 32).

Os livros didáticos possuem um importante papel, pois se constituem enquanto instrumentos privilegiados na relação ensino-aprendizagem do ambiente escolar. Sendo a memória nacional o tipo mais bem acabado de memória coletiva, há ainda os que defendem que:

O livro didático de História do Brasil, por sua vez, ainda não se livrou de sua sina de ser o guardião da memória nacional, mesmo com toda a profusão de textos, escritos e visuais, de divulgação histórica através da mídia. Desde muito, o livro didático sempre se pretendeu o repositório de uma narrativa, que deve ser sistemática, acerca dos feitos do “nosso povo”, “nossa terra”, “nossa gente”; isto é, atribui-se a tarefa de ser um dos principais lugares da memória sobre o passado brasileiro, formador da identidade nacional (REZNIK, 2004, p. 340).

Ao longo dos anos, na historiografia tradicional, ou seja, a História que enfatiza os grandes homens e seus feitos, as mulheres foram, em sua grande maioria, excluídas. Destaca-se que isso não se refere apenas à história do Brasil, mas, basicamente a toda a historiografia de perspectiva eurocêntrica. Somente com a perspectiva conhecida como Nova História é que se tem a possibilidade de trazer para a historiografia os aspectos do cotidiano, das pessoas “comuns” (e não apenas dos “heróis”), e, com isso, abre-se espaço para a história das mulheres.

Nesse contexto, defende-se que essa nova história deve estar presente nas escolas, nos livros didáticos, nas conversas, bem como em outros espaços de discussão, pois a história das mulheres tem um compromisso com o presente, ou seja, interroga o passado, tomando

como referência questões que fazem parte de nossa vida, como a existência de desigualdades de gênero, as manifestações da sexualidade, o papel da família, do Estado, da religião, entre outras (PERROT, 2006, p.27).

O livro didático é o suporte sobre o qual grande parte dos docentes planeja suas aulas. Nesse contexto, “O livro didático tem se constituído na atualidade, como o material didático mais presente nas salas de aula dos diferentes níveis de ensino das escolas” (BITTENCOURT, 2010, p. 545). O livro didático é, assim, “apoio pedagógico. Mas antes disso, ele é mercadoria, é veículo de transmissão de ideologias, valores, representa um determinado grupo social e tem que ser analisado como tal” (FERREIRA, 2005, p. 69). No entanto, é preciso levar em conta que os conteúdos que existem no livro didático não são verdades absolutas. Faz-se preciso questionar analisar criticamente os conteúdos que nele estão incluídos, pois estes trazem diferentes versões de uma mesma história.

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas ao esquecimento pela historiografia tradicional, porém, na prática, elas nunca estiveram ausentes da história. Nos livros didáticos e nas salas de aula percebe-se que as mulheres aparecem de forma desigual em relação aos homens.

Segundo Silva (2008, p.22), as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres no Brasil determinavam as marcas de opressão e dominação que as mulheres sofreram ao longo do tempo, não colocando a questão da resistência, de suas lutas e manifestações que elas fizeram pra fugir da subordinação masculina. A análise de Margareth Rago irá constatar, que:

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida. (RAGO, 1995, p.82)

Dessa forma, para tornar a mulher visível na História, é importante investigar a memória feminina em diferentes fontes históricas, muitas vezes quase sempre pouco tradicionais. Podemos destacar vários temas para estudarmos a história das mulheres, sejam eles sobre a sexualidade, família, crianças, classes sociais, poder, sociedade, dentre tantos outros (PERROT, 2006, p. 32).

Para Leite (2010, p. 69), problematizar as lutas que as mulheres tiveram de enfrentar e ainda enfrentam para superar um sistema no qual são vistas sempre como submissas e

exploradas e como conseguiram se tornar visíveis na História, faz parte de um processo de construção de uma análise crítica sobre os usos do passado.

Talvez possamos ter expectativas positivas em relação à inclusão da História das Mulheres, dentro dos currículos escolares apresentados nos livros didáticos. Podemos afirmar, pelo menos, que há um movimento, mesmo que em passos lentos e curtos, sobre inclusão e reconhecimento das mulheres enquanto participantes ativas da História.

4.2 AS MULHERES CAMPONESAS: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador / educando / sociedade e o meio em que vivem e atuam. Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da História Local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.

O ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentado as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima.

A História Local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos.

Em termos de ensino, a importância deste capítulo consiste em abordar uma história regional constituída de várias memórias e inserida em uma história nacional, ou seja, a ditadura civil-militar. No que tange à forma como essa história é abordada em sala de aula, há que considerar o sentido histórico que o professor lhe atribui, o que se manifesta na natureza dos questionamentos acerca dos vários discursos das memórias envolvidas no conflito.

Segundo Rodrigo Peixoto (2011, p. 34), a memória da Guerrilha está viva, mas reprimida, inclusive fora dos currículos escolares, quando se trata de fato histórico de grande relevância para o entendimento do que é hoje a região. É preciso inseri, de fato, temas relacionados à Guerrilha do Araguaia no processo ensino-aprendizagem de História. Abre-se espaço à discussão e à problematização das memórias sobre esses episódios.

Ao trazer à tona acontecimentos, personagens e lugares comuns ao estudante, possibilitamos sua aproximação com a disciplina e fazemos com que ele perceba a relação dialética entre passado e presente, buscando subsídios que auxiliem na compreensão da história das sociedades e seus vínculos com o poder. Assim, a forma de abordagem da História Local é diferente da tradicional, que ao ser apresentada nos livros didáticos de forma pronta e acabada, torna o educando um ser passivo diante do saber e distante do processo histórico. E nesta linha de pensamento, afirma a historiadora Circe Bittencourt:

(...) que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento. (BITTENCOURT, 2002, p.121).

A História só é possível existir através da relação com todos e de todos com o meio ambiente, pois é através dela que pessoas comuns procuram compreender as transformações que aconteceram em suas vidas, sejam elas de ordem social, tecnológica ou intelectual. Através dela pessoas comuns puderem atuar como testemunhas do passado, pessoas outrora marginalizadas pelo poder, são ressignificadas e valorizadas pela sua experiência, tornando-se sujeitos da história pelos historiadores profissionais. A História Local atua no resgate da autoestima do povo de sua região, quando ao desnudar seu passado histórico, dá um novo sentido à questão de pertencimento local.

Trazer a história dessas mulheres camponesas seria de grande relevância para o ensino com intuito de compreender o que possibilitou a participação e seu desempenho durante o conflito. Entretanto, para isso, será necessário entender o contexto social em que elas estavam incorporadas antes do período militar, identificar os acontecimentos que ocasionaram a sua participação no conflito, verificar o que foi a Guerrilha e qual o seu significado nesse contexto, e por último, analisar o papel feminino no contexto do conflito.

Para efetuar tais abordagens, como destaca Martins, os docentes devem assumir posicionamentos distintos da visão que coloca o livro didático como a única fonte de conhecimento e assumir-se enquanto professores/pesquisadores:

Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar pesquisadores. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais de História (MARTINS, 2009, p.146).

A partir dessas compreensões, propomos a apropriação nas aulas de história (podendo ser abordado igualmente em disciplinas como Estudos Amazônicos e Geografia), a nível fundamental e nas disciplinas que compõem o campo das Ciências Humanas em nível do Ensino Médio, de fontes que tratam sobre as camponesas e o conflito, que podem ser utilizadas como recursos didático-pedagógico, em especial: publicações veiculadas pela mídia local ou nacional; relatórios, como o já citado relatório da CNV; trabalhos de campo; produções literárias; fotografias; filmes; documentários e relatos orais de memória.

A elaboração deste trabalho assim como a execução de atividades trará o domínio e o entendimento da importância do uso dos recursos audiovisuais, mais especificamente o uso de documentários em sala de aula, podendo contribuir de forma extremamente rica para o fazer do historiador e do professor de História.

Além do que foi exposto neste trabalho, temos, como fundamentação teórica, a importância de se trabalhar as diversas formas de linguagem, especificamente a linguagem audiovisual na disciplina História, em turmas do último ano do Ensino Médio no que se refere ao período da Ditadura Militar, dando ênfase à Guerrilha do Araguaia, já que este episódio faz parte do passado dos alunos em questão, uma vez que a região onde esses alunos moram foi o local de atuação da Guerrilha e de enfrentamentos entre Exército e revolucionários.

Contudo, a utilização de recursos tecnológicos “recentes”, mais especificamente os audiovisuais, seja como fonte para o historiador ou como recurso em sala de aula, não foi um caminho de fácil aceitação. Segundo Bittencourt, (2004, p. 371), há registros de um professor do Colégio Pedro II, que procurava, desde 1912, incentivar seus colegas a recorrer ao uso de filmes. Este é um caso isolado.

Para a maioria dos educadores, a televisão e o cinema era considerados um grande “empecilho ao aprendizado ou concorrente incômodo e difícil de ser vencido no processo de educação escolar” (BITTENCOURT, 2004, p. 372). Um dos motivos, para o pouco uso dos recursos audiovisuais em sala de aula, pode ser ainda, segundo Bittencourt:

O desprezo de muitos historiadores para com o cinema fez que este, conseqüentemente, não fosse tópico tratado nos cursos de graduação e de formação docente e favoreceu, nas aulas de História, uma prática de utilização desse recurso desvinculada de fundamentos metodológicos. (2004, p. 373).

Mas esta é uma realidade que vem se alterando. Nas palavras de Almeida (apud NAPOLITANO, 2008, p. 12), “embora o cinema já seja utilizado há algum tempo por muitos professores, pelo menos desde o final dos anos 1980, só mais recentemente estão surgindo

algumas propostas mais sistematizadas que orientam o professor.” Contudo, pode-se ressaltar que a maior parte dos estudos está focada no uso do cinema, tendo uma visão ampla, deixando de lado uma análise mais específica de seus gêneros fílmicos, entre eles um que é usado por muitos professores para “ilustrar algo real”, ou seja, a realidade. Este é o documentário.

Segundo Fernão Pessoa Ramos (2008, p. (20), o que difere um filme de ficção de um documentário é que este faz asserções ou proposições sobre o mundo histórico. Pode-se dizer que o documentário é uma forma de narrativa, que se utiliza do recurso fílmico e de estilos diversos para passar sua mensagem. Assim, ao “estabelecer asserções sobre o mundo, o documentário caracteriza-se pela presença de procedimentos que o singularizam com relação ao campo ficcional. O documentário, antes de tudo, é definido pela intenção do autor de fazer um documentário.” (RAMOS, 2008, p. 25).

A presente proposta para este capítulo de ensino é trabalharmos a Guerrilha do Araguaia e a atuação de mulheres camponesas, as quais durante o conflito tiveram seus cotidianos alterados, o que causou consequências que marcaram suas vidas. Dando voz a elas, conheceremos o que sobreviveu em suas memórias daquele fato verídico.

A fonte a ser trabalhada neste capítulo também será o documentário “Camponeses do Araguaia: A Guerrilha vista por dentro” (Direção de Grabois, 2010). Este produto visual mostra que os camponeses da região do Araguaia criaram uma forte amizade com os "paulistas", militantes da Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974.

Portanto, utilizar a linguagem audiovisual em sala de aula é muito eficaz para envolver a atenção e o interesse dos alunos por determinado conteúdo ou assunto, sendo que para isso o professor deve seguir uma série de métodos e meios que tornem essa prática mais dinâmica e conscientizadora, não transformando essa linguagem em um mero instrumento de transmissão mecânica do saber, desprovido de análise crítica, o que acaba servindo a um propósito contrário ao projeto primordial da inserção da linguagem imagética em sala de aula.

4.3 PROPOSTAS DE ATIVIDADE: CAMPONESAS EM SALA DE AULA

Em diálogo com o ensino de história e a prática em sala de aula, o presente tópico apresenta uma proposta de atividade a partir da problematização do documentário “Os Camponeses do Araguaia: A guerrilha vista de dentro”. A intenção é destacar os relatos das mulheres camponesas. Para tanto, foi escolhido como recorte temporal o período da ditadura Militar, mais especificamente a Guerrilha do Araguaia. A intenção é trabalhar esse conteúdo com os alunos para abordar a História a partir de uma perspectiva local.

Para a maioria dos alunos, a Guerrilha é assunto desconhecido. Porém, as causas e motivos que culminaram com o fato e seu combate por parte dos militares ainda não é entendida nem mesmo por muitos professores. Como a violência sem limites foi uma das ferramentas usadas pelo Exército para conter militantes e camponeses, estes foram vítimas do aparelho repressor do Estado, sendo muitos deles torturados e mortos. Isso faz desse assunto um tabu para os que viveram essa história a ponto do silêncio ser ainda hoje fomentado pelo medo da população local, uma vez que existem instalações permanentes do Exército na região e conseqüentemente, a sombra da tortura.

OBJETIVO GERAL:

Fazer com que os alunos compreendam e analisem a memória das mulheres camponesas, durante a Guerrilha do Araguaia a partir do documentário. A presente fonte do documentário analisado são as histórias orais. Segundo Alessandro Portelli (1997, p. 27), “as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”.

Dessa forma, depoimentos ou narrativas dessas moradoras da região que se envolveram direta ou indiretamente no conflito têm muito a dizer, não apenas sobre elas mesmas, mas também sobre os demais grupos. Ainda conforme Portelli, “fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos” (PORTELLI, 1997, p. 31). No caso da Guerrilha do Araguaia, com certeza os custos materiais para o Estado foram altos, mas os “custos psicológicos”, principalmente para os moradores da região, também foram.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Nessa proposta de atividade, traçamos os seguintes objetivos: a) trazer as narrativas sobre a Guerrilha do Araguaia a partir da memória das pessoas que participaram ou vivenciaram o evento; b) problematizar os filmes-documentários como elemento do conhecimento historiográfico.

Analisar e perceber que o silêncio sobre o passado pode produzir um esquecimento, mas também pode ser um suporte para outras discussões: o que foi apagado, quando trazido à tona, poderá conduzir à construção de um novo caminho da memória.

ETAPAS:

Para viabilizar esse processo, propomos a organização da atividade em etapas durante as aulas. Primeiro: a) Iniciar a ação investigando os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema proposto; b) apresentar o documentário em sala de aula, em outro momento professor e alunos fazendo uma reflexão sobre suas impressões acerca do documentário.

O professor questionará interpretações e apresentará aos alunos uma análise do documentário: Quem produziu? O que o documentário quer transmitir? Quem são as vozes do documentário? O que sofreram? Qual a ligação dos produtores com a História?

Para realizar a análise é preciso considerar aspectos internos e externos ao documentário. Os internos se referem aos elementos da linguagem audiovisual, que darão forma ao produto. Já os externos estão ligados às temporalidades. É preciso levar em conta a época que o documentário retrata, assim como o período econômico, social, cultural em que ele é produzido.

Em outro momento, a partir da história local, resgatar as memórias dessas mulheres, que de alguma forma foram silenciadas pelo passado, ou seja, por medo de represálias e uma série de fatores que de certa forma têm a ver com seu passado.

Como atividade extra, seria interessante aos alunos trabalharem diretamente com as fontes orais, fazendo entrevistas com seus familiares, buscando relatos a partir das memórias dos seus parentes sobre o que sabem ou ouviram falar sobre a Guerrilha do Araguaia. O entendimento e o conhecimento da história local tem o poder de proporcionar ao educando reconhecerem-se como agentes participativos e transformadores da História, e consequentemente gerar o interesse e a valorização da mesma, facilitando a aprendizagem.

A história Local seria uma porta de entrada para mostrar aos alunos que sua região também é constituída de história, mas que está sendo silenciadas nos livros didáticos. Em um número alarmante, escolas e professores de História se deparam com uma realidade não muito plausível de que grande parte dos alunos não conhece a história de sua comunidade, de seu município ou seu estado, prendendo-se apenas à História Geral ou de regiões brasileiras mais conhecidas, desvinculadas da sua realidade local e de seu contexto histórico regional. Esse problema causa o desinteresse dos alunos pela disciplina de História e por outras que eles não

consideram importantes, justamente pelo fato de não se sentirem inseridos nesse contexto histórico ou no processo pelo qual essa história se construiu.

Conhecer, entender, respeitar e preservar as raízes e a origem de um povo, comunidade ou uma região é, sobretudo, garantir a esse povo a condição de existir e proteger a sua identidade, valorizando e cultivando a história local, facilitando o entendimento e a inserção dos alunos no contexto histórico, não só regional, mas também nacional.

Diante desse contexto, os alunos e a escola devem fazer da sua história uma ferramenta de facilitação no processo de ensino-aprendizagem da História nacional, sendo que o entendimento das origens e raízes dos alunos como membros de uma comunidade ou um grupo social faz com que eles se interessem mais pelo aprendizado, fazendo com que eles se sintam realmente agentes participativos do processo histórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que começar a vida, num contexto pós-Guerrilha, não seria tão fácil. A população da região onde ocorreu o conflito continuou num clima de medo e terror por muito tempo: medo, perseguições, intimidações, bem como imposição de silêncio, fizeram parte do dia-a-dia, conforme relatos dos presentes nos documentários colhidos na região.

Ainda existe esse receio, já que toda a área de atuação da Guerrilha sofreu um processo de militarização, exercendo influência nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra, bem como na manutenção da população sob a vigilância e controle social.

Durante muitos anos, os homens e as mulheres se silenciaram com medo das represálias do Exército. Muitas ainda se calam porque não aguentam recordar suas memórias de sofrimento; outras tantas, de idade mais avançada, são incapazes de falar sobre o passado, porque lhes falta lucidez ou fôlego e se cansam com facilidade quando são solicitadas a dar seus depoimentos.

A memória se nutre de reminiscências de camponesas, mateiros, índios, soldados. Todos viveram a traumática experiência para contar, posteriormente, a história. Uma história do presente, já que a Guerrilha é um tema de agora. As lembranças traumatizantes dos fatos ocorridos durante o conflito armado foram difíceis de serem esquecidas, mas expressamente proibidas de serem reveladas, foram durante o período pós-Guerrilha silenciadas, notadamente, devido à presença de representantes das Forças Armadas na região.

Mas a Guerrilha do Araguaia trouxe uma percepção acerca do aprendizado pela luta, impregnada também de uma memória relacionada à atuação das camponesas junto aos padres que, no momento do conflito armado, ficaram do lado dos guerrilheiros e contra a Ditadura. A violência e a impunidade no território que foi palco da Guerrilha do Araguaia fazem quarenta anos, o tempo desse evento seminal na história de Marabá e adjacências. A devastação da natureza pela pecuária, modelo que veio para banir o camponês da sua posse, também é consequência desse fato histórico.

Depois da guerra, como se referem à Guerrilha, houve outra guerra, que mobilizou grande repressão contra posseiros, sindicalistas e religiosos, também com muitas atrocidades, mortos e desaparecidos. Dona Domingas, antiga moradora e líder comunitária em São Geraldo do Araguaia, argumenta que: “A Guerrilha me deixou psicologicamente ruim da cabeça. Porque depois da Guerrilha teve outra guerra que não foi brincadeira. E nessa eu me envolvi muito” (CNV, 2010, p. 45). Na guerra que veio depois, no contexto de segurança e

desenvolvimento que se seguiu, a repressão continuou caindo sobre o camponês, esse imigrante que no Bico do Papagaio assumiu um protagonismo de classe social na luta pela terra.

A segunda guerra continua nos dias de hoje e impõe uma rotina de agonia na forma de perseguições, ameaças, espoliações, trabalho escravo e assassinatos para quem se coloca no caminho do progresso. Situação que alcança os dias de hoje, visto que continuam as milícias armadas a agir na sombra do descaso oficial.

Perceba-se que, ao falarem do aprendizado devido à ocorrência da Guerrilha, essas moradoras não recorrem à memória que se liga às lutas históricas da região que envolveu sempre as condições de exploração e opressão. Nesse sentido, as experiências e as memórias da Guerrilha do Araguaia colaboraram para um aprendizado no que toca à luta contra a exploração.

A Guerrilha do Araguaia foi um importante episódio na história do povo brasileiro e confirmou que esta luta é viável para combater o regime tirânico em nosso país. Contudo, ela ainda está para ser devidamente estudada. O conhecimento que temos dela é muito precário, suas lições são poucas conhecidas. Não há dúvida que nela houve grande debilidade, deficiências, erros políticos e militares. Mas também não há dúvidas de que críticas que muitas das vezes lhe fazem têm o sabor de uma visão direitista da revolução brasileira, que nega o papel das massas camponesas.

A história, bem como o conhecimento de maneira geral, é feita de perguntas e respostas. E são elas que indicam o caminho para nos levar a identificar a verdadeira dimensão de um fato e torná-lo referencial para as gerações do presente e para as que virão. Afinal, todo presente carrega em si mesmo as marcas do passado e sobre elas será construída a trilha que as novas gerações seguirão em direção ao futuro. Portanto, passado, presente e futuros se misturam numa dialética.

É nesse contexto que podemos dar voz àqueles que, há tempos estão gritando suas experiências silenciadas. Pensar esses camponeses como cidadãos que têm direito à memória social e a ser reconhecidos como construtores da história é uma tarefa difícil, pois essas pessoas “perderam” o direito à visibilidade de seu passado, tiveram suas experiências silenciadas, negadas e desvinculada do processo da história; ficando a beira do caminho.

Dessa forma, cabem a nós, futuros educadores de História, deixarmos emergir essas experiências locais para que estas se tornem ensinamentos e conteúdos dentro de nosso ambiente escolar, revelando aos alunos da região que também somos frutos da nossa própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, João. **Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia-30anos/João Amazonas**, Luiz Carlos Antero, Eumano Silva. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 2002.

ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: Evandro Medeiros. Labor Filmes Produções. São Paulo, 2011. 50 m.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História local: redescobrimos sentidos**. Saeculum: Revista de História: João Pessoa, 2006.

BARBOSA, José Humberto G. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**.

BERTOLINO, Osvaldo. **O PCdoB e o caminho da luta armada**. Fundação Maurício Grabois. Março de 2012. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/141048/2012-03-20/o-pcdob-e-o-caminho-daluta-armada>> Acesso em: 17 de agosto de 2017.

BITTENCOURT, C. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

BRAGA, Laercio; FONTELES, Pedro: **Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975)**. Minas Gerais: Labor, 2011.

BRASIL. **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**. *Relatório*: Volume I. Brasília: CNV, 2014.

CAMPONESES do Araguaia: a guerrilha vista por dentro. Produção Vandrê Fernandes. Brasil: Oka Produções/Instituto Maurício Grabois, 2011. (73 min.).

CAMPOS FILHO, R P. **Guerrilha do Araguaia: à esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

_____. **Os militares, a ideologia de segurança nacional e a ação guerrilheira no Araguaia**. v. 129. São Paulo: Princípios, 2014.

_____. **Breve História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. Revista Perspectiva Histórica, v. 02. São Paulo, 2012.

_____. **A Guerrilha do Araguaia: um resgate para a História**. Revista Princípios. São Paulo, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência Pública: **Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia**. Brasília, 2014.

_____. **A CNV**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/institucional/acesso_informacao/a-cnv.html> Acesso em: 28 de setembro de 2016.

DÓRIA, Palmério. et al. **História imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a História Local**. Ensino em Revista. MG: Uberlândia, 1995.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordaza a partir de 1964**. Belém, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n.91, p.5-33, set. 2007.

GRABOIS, Victória. **A verdade sob os refletores**. Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro, ano 24, n. 72, jul. 2010. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_72/artigo.html>. Acesso em: 25 jan. 2018

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauros, 1990.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato**. Cruzando a Amazônia. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE. São Geraldo do Araguaia. Censo Demográfico pós- Guerrilha. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3813&view=detalhes>. Acesso em 03 de jul. 2018.

ISTOÉ. **Os documentos do Araguaia**. In Revista *ISTOÉ*. Edição nº2532, São Paulo, 2004.

JIMÉNIZ, José Vargas. **Bacaba I: Memórias De Um Guerreiro De Selva Da Guerrilha Do Araguaia**. Campo Grande, 2007.

JIMÉÑIZ, José Vargas. **Bacaba II**: Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964. 1º Edição, 2011.

JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a Saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JUSTAMAND, Michel: **Guerrilha Do Araguaia: Arqueologia, História E Direitos Humanos**. V. 9, n. 3[13] (2015)

JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia Sposito & FUNARI, Pedro Paulo A. No prelo. **“Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira”**. in: MECCHI, P. S, e MELLO, W. F. Questões da ditadura: violência, vigilância, projetos e contestações. Palmas: Editora da UFT, 2014.

LEITE, Pedro Dias. **Mateiros do Araguaia se dizem torturados**. In *Folha de São Paulo*. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200916.htm> > Acesso em 03 de jul. 2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)**. Belém: Distribel, 2002.

MARTINS, Marcos Lobato. **História Regional**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. Tese (Doutorado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

_____. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. São Paulo: Editora da Ufscar, 2003.

MECHI, P. S. **Contra a revolução, a barbárie**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Dossiê Guerrilhas. N. 90. São Paulo: PUC, 2013.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MECHI, Patrícia Sposito. **A experiência guerrilheira do PCdoB no Araguaia. VPR: contra a ditadura, pela revolução**. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: lamparina, FAPERJ, 2015.

MECHI, Patrícia Sposito. **Camponeses Do Araguaia: Da Guerrilha Contra A Ditadura Civil-Militar À Luta Contemporânea Pela Terra**. Projeto História, São Paulo, n. 46, pp. 167-195, Abr. 2013.

MECHI, Patricia Sposito. **Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. PUC-SP, 2012.

MEDEIROS, Euclides Antunes. **Guerrilha do Araguaia: Memórias à margem da história.** Outros Tempos, São Luís, v. 10, n. 16, p. 262-290, 2013.

MONTEIRO, Adalberto. **Guerrilha do Araguaia: Uma epopeia pela liberdade.** Editora: Anita Garibaldi, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia.** 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

O GLOBO. **“A rotina espartana dos militantes na Guerrilha”.** In *Jornal O Globo*, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2006.

POLLACK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio”.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, pp. 3-15, 1989.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.** Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

PORTELA, Fernando Portela. **Guerra de Guerrilhas no Brasil.** São Paulo: Editora Global, 1979.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a Ideologia do Século XXI.** Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (Org.). In: *História Oral: desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: FGV/FOC, 1997.

RAGO, Antônio. **Sobre a natureza bonapartista da ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir de 1964. Ideologia 1964: Os gestores do Capital Atrófico.** (Tese de doutorado). São Paulo. PUC-SP, 1998.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2008.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória social e Guerrilha do Araguaia.** 2013. 172 f. (Dissertação Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

REZNIK, Luís. **A construção da memória no ensino da história.** In FICO, Carlos et al. 1964-2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992. p.39-62.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Amazônia e a Integração Sul-Americana.** Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia – abr./maio de 2011.

SILVA, Tânia Maria Gomes. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil**. Politeia, Vitória da Conquista, v.8, n.1. 2008. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/276/311>> Acesso em: 28 out. 2015.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. **Guerrilha do Araguaia: revanchismo – a grande verdade**. Brasília: 2012.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed., Rio: Paz e Terra, 2001.

VERGOLINO, J. R.; GOMES, G. M. **Metamorfoses da economia amazônica**. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004.